

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2014

O **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S. A.**, por intermédio da Pregoeira designada pela Portaria n.º 155/2013 leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 5.450/2005, Lei Estadual 6.474/2002, Decreto Estadual n.º 2.069/2006, Lei Complementar n.º 123/2006 e Decreto Estadual n.º 878/2008 e subsidiariamente Lei n.º 8.666/1993 alterações posteriores, **FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO, COM ADJUDICAÇÃO POR ITEM, COM OBSERVÂNCIA DAS CONDIÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico:

DATA: 28/05/2014

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PROGRAMAS (SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DO BANPARÁ, tudo em conformidade com as disposições deste edital e seus anexos.

1.2. Havendo discordância entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET-CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. A adjudicação será POR LOTE

1.4. NO CAMPO “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO” DO SISTEMA COMPRASNET, OBRIGATORIAMENTE E SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ DESCRIVER A SÍNTESE DO OBJETO OFERTADO, NÃO SENDO ACEITÁVEL COMO DESCRIÇÃO APENAS O USO DA EXPRESSÃO “CONFORME O EDITAL” OU SIMILARES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

1.5 FICA VEDADO AO LICITANTE QUALQUER TIPO DE IDENTIFICAÇÃO QUANDO DO REGISTRO DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA COMPRASNET, INCLUSIVE SENDO VEDADO INDICAR MARCA E FABRICANTE NO CAMPO “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, SOB PENA

DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME. A MARCA E O FABRICANTE DEVEM SER INDICADOS EM CAMPO PRÓPRIO NO SISTEMA COMPRASNET.

2. CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

Anexo I: Termo de Referência

Anexo I-A: Modelo de Declaração de Vistoria

Anexo II: Modelo de Proposta de preços

Anexo II-A: Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo III: Modelo de Declaração de Inexistência de fato Impeditivo à Habilitação

Anexo IV: Modelo de Declaração de não empregar menor

Anexo V: Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

Anexo VI: Minuta do Contrato (Anexo I do Contrato – Política de Segurança e Anexo II do Contrato – Termo de Responsabilidade e Sigilo das Informações do Contratante)

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, exclusivamente por meio eletrônico (via internet), enviando a impugnação para o e-mail cpl@banparanet.com.br até 16h.

3.2. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da sessão.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

4. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico (via internet), no e-mail cpl@banparanet.com.br até às 16h. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira através do site www.banpara.b.br, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

4.2 – DA VISTORIA TÉCNICA OBRIGATÓRIA CONFORME ITEM 5.1 E SUBITEM 5.1.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL: As Empresas INTERESSADAS DEVERÃO REALIZAR VISTORIA, PREVIAMENTE AGENDADA PELO TELEFONE (91) 3348-3075, dias úteis, ou diretamente no Prédio da SUINF, situado à Rua Municipalidade, 1036 – Umarizal – Belém-Pará.

4.2.1- A VISTORIA OBEDECERÁ AS REGRAS ESTABELECIDAS NO ITEM 5.1.6 E SEUS SUBITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

4.2.2. Todos os custos decorrentes desta vistoria ficarão a cargo da empresa interessada, sem que caibam quaisquer indenizações, ressarcimentos ou compensações ao licitante.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

5.1.1. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

5.1.2. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 12 deste Edital;

5.1.3. Estejam registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do §1º do art. 1º do Decreto 3.722, de 09.01.2001, publicado no D.O.U. de 10.01.2001;

5.1.3.1. As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data de recebimento das Propostas (§ único, do art. 3º do Decreto 3.722/01).

5.1.3.2. As empresas estrangeiras deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no COMPRASNET, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão.

5.2 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital.

5.3. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

5.3.1. Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

5.3.2. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição; grupos de empresas ou mais de uma empresa do mesmo grupo;

5.3.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, lhe aplicada à sanção nos termos da legislação vigente, ou ainda, punida com suspensão temporária para licitar ou contratar, nos termos do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93;

5.3.4. Empresa que se encontre sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, consórcios de empresas e que estejam coligadas ou subsidiárias entre si;

5.3.5. Empresas que tenham sido descredenciadas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

6.1. As empresas interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br.

6.3. O credenciamento e a sua manutenção requerem registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que, também, será requisito para fins de habilitação, consoante o estabelecido no inciso I do art. 13 do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. I do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006;

6.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao BANPARÁ S/A, órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a detecção de indícios que sugiram a quebra de sigilo devem ser imediatamente comunicadas ao provedor do sistema, com vistas à adoção das medidas cabíveis e imediato bloqueio de acesso.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valor cotado, a partir da data da liberação do edital no site www.comprasnet.gov.br, **até o horário limite de início da sessão pública, ou seja, até às 10h do dia 28/05/2014**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período o licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

7.1.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão por ocasião do envio da proposta, declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido previsto na referida lei, conforme dispõe o art. 11 do Decreto Estadual Nº 878/2008.

7.2. Como requisito para a participação no Pregão o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

7.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, de acordo com o previsto no inciso III, art. 13, do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. III do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006;

7.4. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme disposto no inciso IV, art. 13, do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. IV do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006;

7.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

7.6. NA PROPOSTA DE PREÇOS, A SER ENVIADA PELO LICITANTE VENCEDOR, DEVERÃO CONSTAR, PELO MENOS, AS SEGUINTESS CONDIÇÕES, CONFORME MODELO CONSTANTE DO ANEXO II DESTES EDITAL, DE ACORDO COM O LOTE COTADO, OBSERVADAS TODAS AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 5.2 E SEUS SUBITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTES EDITAL:

a) Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

b) Prazo de validade de no mínimo 60 **(SESSENTA) dias consecutivos**, a contar da data de sua apresentação.

c) Preço Global do LOTE (s), de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, **INCLUSIVE NA ETAPA DE LANCES**, considerando a prestação do serviço constante no Termo de Referência - Anexo I do presente Edital. (modelo de proposta de preços – **Anexo II**);

d) Declaração de que está de pleno acordo com todas as condições, obrigações e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como que aceita todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, Termo de Referência e instrumento de contrato;

e) Garantia e assistência técnica conforme exigência do Termo de Referência, anexo do edital de acordo com o lote cotado

f) Apresentar declaração independente de proposta, nos termos do modelo constante do **Anexo II-A**.

7.6.1. No preço apresentado pela licitante já estão incluídos todos os tributos e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato e a execução dos serviços referidos, assim como contribuições previdenciárias, fiscais e parafiscais, PIS/PASEP, FGTS, IRRF, emolumentos, seguro de acidente de

trabalho, transportes e outros, ficando excluída qualquer solidariedade do Banpará, por eventuais autuações.

7.6.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos.

7.6.2.1. O BANPARÁ não aceitará qualquer cobrança posterior de quaisquer encargos financeiros adicionais, salvo se criados após a data de abertura desta licitação e que venha, expressamente incidir sobre seu objeto na forma da lei.

7.7. O licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (inciso III do art. 13 do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. III do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006).

7.8. Caso exista algum fato que impeça a participação de quaisquer licitantes, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.

7.9. A Pregoeira verificará as propostas de preços enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que de pronto, não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.10. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A partir das **10h (horário de Brasília) do dia 28/05/2014** e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em conformidade com o item 1.4 e 1.5, que deverão estar em perfeita consonância com o objeto deste edital no presente Edital e seus Anexos.

8.2. A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no *site* www.comprasnet.gov.br, conforme Edital.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Somente os LICITANTES que apresentaram proposta de preços em consonância com o item 1.4 e 1.5, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2 Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE, apurado conforme modelo do anexo II deste edital.**

9.3. Os LICITANTES poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

9.4. O LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.7. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuam sendo recebidos, para a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.comprasnet.gov.br.

9.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico, de acordo com a comunicação às Licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11. Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, a Pregoeira se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, observados o mesmo tempo de até 30 (trinta) minutos.

9.12. Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inciso IV do art. 13 do Decreto Federal n.º 5.450/05 e inc. IV do art. 14 do Decreto Estadual n.º 2.069/2006;).

9.13. A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

10. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO

10.1. Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

10.2. Caso não ocorram lances deverá ser verificado o valor estimado dos serviços e a especificação técnica prevista.

10.3. Serão rejeitadas as propostas de preços que, mesmo após negociações, ainda permaneçam superiores aos preços estimados pela Administração, tanto o valor unitário como o global para o (s) LOTE (s).

10.4. Verificado e confirmado ser o licitante titular do menor lance empresa de médio ou grande porte, e existir microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte que tenha(m) sido classificada(s) com valor de lance até 5% (cinco por cento) acima do menor lance, será aberta a oportunidade para que a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada formule lance melhor e, no caso de recusa ou impossibilidade, proceder-se-á de igual forma com as demais microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas sucessivamente (art. 45, da Lei Complementar n° 123/2006).

10.5. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei n.º 9.317/96 e a sua sucessora Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, serão adotados os seguintes procedimentos:

10.5.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

10.5.2. Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.5.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 10.5.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.5.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.5.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 10.5.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

10.5.5. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.6. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

10.7. Cumpridas as etapas anteriores, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

10.8. Se a proposta de preços não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.8.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, a pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9. Será aceito apenas o registro de uma única proposta de preços vencedora para cada item, existindo a possibilidade de convocar licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência da vencedora.

10.9.1. O licitante que desistir dos lances ofertados sujeitar-se-á às penalidades estabelecidas neste edital.

10.10. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a empresa vencedora.

10.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10.12. A proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance deverá ser enviada, **VIA SEDEX**, ou entregue em mãos na CPL, para o BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A, no endereço Av. Presidente Vargas, 251 – 6º andar – Belém-Pará – Bairro do Comércio - Belém – PA, CEP: 66.010-000 no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da indicação do(s) licitante(s) vencedora(s).

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

11.2. A Pregoeira efetuará o julgamento das Propostas de Preços, e poderá negociar pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

11.3. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços e quando não houver lances para definir o desempate, considerando-se, também, os procedimentos legais previstos para microempresa ou de empresa de pequeno porte. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado em sessão pública a ser designada para a qual todos os licitantes serão convocados.

11.4. Será admitido apenas 01(um) licitante vencedor para esta licitação por LOTE.

11.5. Não será motivo de desclassificação as simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o BANPARÁ S/A e nem firam os direitos dos demais licitantes.

11.6. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e no site www.comprasnet.gov.br.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, com os documentos em plena validade, a qual será verificada “on line”, atendendo, ainda, às seguintes condições:

12.1.1. Apresentar **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE SUA HABILITAÇÃO**, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo III** deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante, com o número da identidade do declarante.

12.1.2. DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) MENOR (ES) DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital;

12.1.3. ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante prestou serviço compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, conforme exigência do item 5.1.1. (ver modelo do **Anexo V** deste Edital).

12.1.4. Indicar a equipe técnica, comprovando o vínculo mantido entre a equipe técnica e a empresa licitantes, bem como, apresentar a declaração

de vistoria técnica, em cumprimento das exigências do item 5.1 e subitens 5.1.3, 5.1.4, 5.1.5 e 5.1.6 do Termo de Referência, anexo I do edital.

12.1.5. Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e com todas as suas alterações, ou a consolidação, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias. No caso de sociedades empresárias ou sociedades por ações, deverão ser acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.4. Regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de regularidade com as fazendas públicas: federal (inclusive dívida ativa), estadual (se a sede da empresa for no Estado do Pará, a regularidade será comprovada por meio de duas certidões: tributária e não tributária) e municipal (se a sede da empresa for no município de Belém, a regularidade será comprovada por meio de uma única certidão, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n.º 06/2009 – GABS/SEFIN).”
- c) Prova de Regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- d) Prova de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

12.1.5. Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da Sessão Pública. Devem ser nomeados os valores do Ativo Circulante (AC) e do Passivo Circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral, **superior a um (>1)**, resultante da aplicação da seguinte fórmula, com os valores extraídos de seu Balanço

Patrimonial ou apurados mediante consulta *on line* no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \end{aligned}$$

a.1) A licitante que apresentar índices econômicos **iguais ou inferiores a um (≤1)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

a.2) O licitante com o menor preço em mais de um LOTE, para efeito do disposto no item a.1 acima, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo referente a 10% da soma dos valores da contratação para os LOTES.

b) As empresas que, porventura, ainda não tiverem concluído seu primeiro exercício social e, conseqüentemente, não possuírem Balanço Patrimonial exigível na forma da lei, poderão participar da licitação mediante apresentação do Balanço de Abertura, em conformidade com a legislação contábil, para a comprovação de sua qualificação econômico-financeira.

c) Certidão negativa de Pedido de falência ou recuperação judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica; **sendo que as Certidões que não expressem a validade, só serão admitidas como válidas se emitidas a menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à abertura da sessão.**

12.2. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no Sistema SICAF ou quando não estiverem nele contemplados, deverão ser encaminhados via fax conforme os prazos estabelecidos no item 12.3. Da mesma forma, os originais, ou cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em Órgão da imprensa oficial dos referidos documentos, deverão ser encaminhados via SEDEX, nos termos do item 12.4 abaixo.

12.3. O Licitante que for declarado vencedor do presente Pregão, deverá encaminhar via fac-símile, para o número (91) 3348-3303 ou (91) 3348-3392 ou (91) 3348-3216 ou ainda para o e-mail cpl@banparanet.com.br, os documentos necessários para

habilitação, a proposta de preços atualizada com o último lance (ver modelo do **Anexo II**), no prazo a ser fixado pela Pregoeira no momento da sessão pública, sendo que o referido prazo não poderá ser inferior a 60 (sessenta) minutos, prorrogáveis a critério da mesma.

12.3.1 – Para fins de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, no decorrer da análise dos documentos de habilitação e proposta de preços pela Pregoeira, este poderá diligenciar os referidos documentos e propostas, bem como, solicitar novos e atualizados até o prazo final agendado para o retorno da sessão.

12.3.2. As documentações a que fazem referência ao item 12.3, quando encaminhadas via e-mail, **deverão constar a (s) assinatura (s) do representante legal.**

12.3.3. Quando a proposta de preços e as declarações constantes dos itens 12.1.1 e 12.1.2 forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o licitante também deverá enviar via fax ou e-mail instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

12.3.3. O licitante que deixar de encaminhar a documentação acima especificada no prazo definido pela Pregoeira será DESCLASSIFICADO do certame.

12.4. O licitante que for declarado vencedor do presente Pregão Eletrônico e que encaminhar os documentos de habilitação via fac-símile, deverá enviá-los para o BANPARÁ S/A, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis VIA SEDEX ou entregar na CPL, situada na Av. Presidente Vargas, 251 6º andar – Comércio – Belém –Pará – CEP- 66.010.000, em dias úteis, no horário de 09h às 16h.

12.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.5.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.7. A licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedora.

12.8. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação da vencedora, exclusivamente em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2. Será concedido ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa dos seus interesses.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A, localizado à Av. Presidente Vargas, 251 – 6º andar – Bairro do Comércio – Belém-Pará– CEP: 66.010-000, no horário de 9h às 16h (horário local).

13.8. Apenas serão considerados e analisados as razões de recursos e contra-recursos interpostos tempestivos e exclusivamente, em campo próprio do Sistema Eletrônico do comprasnet, salvo os anexos, quando necessário, poderão ser encaminhados via email cpl@banparanet.com.br ou fax (91) 3348-3303 ou (91) 3348-3216.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação e homologação somente serão efetivadas:

- a) Se não houver manifestação das licitantes da intenção de interpor recursos, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão;
- b) Após o deferimento ou indeferimento dos recursos interpostos e dado conhecimento dos seus resultados.

14.2. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será por LOTE e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

14.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e, em havendo interesse do BANPARÁ, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

14.4. EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ITEM 20.2.1 ABAIXO, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR O NÚMERO DA AGÊNCIA E CONTA CORRENTE ABERTA NO BANPARÁ, CUJA ABERTURA, OBRIGATORIAMENTE, DEVERÁ SER FEITA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 05 (CINCO DIAS) CONSECUTIVOS CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

15. DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Depois de homologado o resultado desta licitação, o BANPARÁ convocará a licitante adjudicatária para a assinatura do Contrato (Anexo VI).

15.2. A convocação de que trata o subitem anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério do BANPARÁ, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

15.3. É facultado ao BANPARÁ, quando o proponente vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas ou não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato, rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital.

15.4. A recusa injustificada do licitante vencedor de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo BANPARÁ caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO

16.1. Além das obrigações expostas em Termo de Referência (Anexo I), o ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO fica vinculado a:

- a) Dar integral cumprimento ao objeto desta licitação, à legislação vigente, a todas as normas vigentes, à sua proposta, bem como às necessidades e orientações do BANPARÁ;
- b) Assinar o contrato, relativa ao objeto que lhe for adjudicado;
- c) Entregar os equipamentos e prestar os serviços nos prazos estabelecidos pelo Banpará, bem como em conformidade com as especificações e condições exigidas no **Termo de Referência** (Anexo I). Caso a entrega não seja feita dentro do prazo ou fora das especificações exigidas no edital, o **CONTRATADO** ficará sujeito às penalidades estabelecidas neste edital e na lei n.º 8.666/93;
- d) Usar pessoal próprio, contratado sob inteira responsabilidade, para, sob a sua supervisão direta entregar os objetos com qualidade e em perfeito estado;
- e) Arcar com as despesas de locomoção, alimentação e estadia para técnicos não residentes na cidade de Belém-Pa.
- f) Fornecer os equipamentos e serviços de primeira qualidade, conforme as orientações contidas neste Termo de Referência;
- g) Acatar todas as exigências do BANPARÁ, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- h) Substituir os objetos rejeitados pelo BANPARÁ, por considerá-los inadequados, devido à qualidade ou outros quesitos, arcando o **CONTRATADO** pelos ônus decorrentes da substituição.
- i) Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão;
- j) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao BANPARÁ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

16.2. O ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO não será responsável:

- a) Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- b) Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital.

16.3. O BANPARÁ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

16.4. O contratado deverá prestar garantia ao BANPARÁ, conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93, no prazo e nas condições estabelecidas na **Minuta de Contrato** (Anexo VI).

17. DAS OBRIGAÇÕES DO BANPARÁ

17.1. Além das obrigações expostas em Termo de Referência (Anexo I) O BANPARÁ, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados,

- prepostos ou representantes do **CONTRATADO**, se for o caso, desde que estejam devidamente identificados, aos locais onde os objetos serão entregues, em horário adequado e no tempo necessário para sua entrega;
- b) Prestar todas as informações, todos os dados necessários para a execução do objeto contratado, observados o sigilo profissional e o bancário;
 - c) Promover os pagamentos na forma convencionada e dentro do prazo estipulado para tal;
 - d) Atestar as faturas correspondentes aos objetos entregues;
 - e) Comunicar ao **CONTRATADO** toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos equipamentos;
 - f) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, por meio de funcionário indicado e designado como representante do BANPARÁ.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

18.1. O objeto desta licitação será recebido nos prazos e nas condições estabelecidas no referido Termo de Referência (anexo I).

18.2. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal do ADJUDICATÁRIO.

18.3. Os bens serão entregues de acordo com as condições, prazos e exigências estabelecidas no item 7 e subitens do termo de referência.

18.1.3 Os equipamentos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e anexos, bem como, na proposta do ADJUDICATÁRIO serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o **CONTRATADO** a substituí-los no prazo assinado pelo BANPARÁ, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega, independentemente das penalidades previstas neste Edital.

19. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. O fornecimento dos bens objeto deste Pregão será fiscalizado, conforme o caso, por um empregado ou por uma Comissão composta de no mínimo 3 (três) empregados do BANPARÁ, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do BANPARÁ, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

20. DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado com observância ao **item 9 e seus subitens do Termo de Referência**, Anexo I do edital. i

20.2 - O **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via crédito em conta corrente a ser aberta pelo **CONTRATADO** em uma das agências do Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ, a qual deverá ser indicada na nota fiscal/fatura, conforme dispõe o Decreto do Estado do Pará nº 877/2008.

20.2.1 - A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR O NÚMERO DA AGÊNCIA E CONTA CORRENTE ABERTA NO BANPARÁ, CUJA ABERTURA, OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER FEITA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 05

(CINCO DIAS) CONSECUTIVOS CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

20.3 - O CONTRATADO emitirá as Faturas/Notas Fiscais correspondentes aos serviços efetuados no mês subsequente a prestação dos mesmos, os quais deverão ter sido previamente homologados e/ou conferidos através da emissão de Termo de Aceite por representantes da área SUSEM/GESEI. Assim, os respectivos pagamentos deverão ser feitos pelo CONTRATANTE até 10 dias da apresentação da fatura.

20.4 - Os pagamentos serão feitos pelo CONTRATANTE nos moldes estabelecidos no parágrafo anterior, devendo a Nota Fiscal/Fatura ser apresentada ao Banpará com antecedência mínima de 10 (dez) dias do vencimento, ficando o Banco isento de responsabilidade por atrasos na apresentação das faturas por parte da CONTRATADA.

20.5- Apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS, Certidão de Regularidade da Receita Federal, Certidão quanto à Dívida Ativa da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

20.6 - Serão efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições exigidos pela legislação em vigor, tais como, IR, ICMS, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, etc.

20.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, em especial, quando os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, de modo que o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

20.8 - Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data da apresentação formal pelo ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO de sua proposta de preços, segundo a variação acumulada do INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro, na falta deste, que estiver estabelecido na legislação à época de cada reajuste.

20.2. Nenhum pagamento será efetuado ao ADJUDICATÁRIO/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, em especial, quando os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, de modo que o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

21. DAS PENALIDADES

21.1 O **LICITANTE** será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com o BANPARÁ e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores do BANPARÁ, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93;
- e) Não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;
- f) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) Não manter a proposta, incidindo também nesta hipótese a não apresentação de amostra e dos documentos exigidos na licitação.

21.2. Na análise do descumprimento, quanto aos itens “f” e “g”, desde que o ato da licitante não resulte em prejuízos para o BANPARÁ, poderá ser aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA.

21.3. Verificado o descumprimento ao presente Edital, o Pregoeiro, solicitará mediante **e-mail** a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias.

21.4. Findo o referido prazo, com apresentação ou não das razões da empresa, a Pregoeira, submeterá o processo à Diretoria Administrativa, com sugestão quanto ao arquivamento ou aplicação de penalidade, para decisão;

21.5. Da decisão o LICITANTE será notificado mediante e-mail ou carta com Aviso de Recebimento, para querendo, apresentar eventual recurso à decisão no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será julgado pela Presidência da Instituição.

22. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

22.1. A empresa **CONTRATADA**, como condição prévia da assinatura do Instrumento Contratual, deverá apresentar Declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na Emenda Constitucional nº 42, de 04 de junho de 2008, à Constituição do Estado do Pará.

23. DAS ALTERAÇÕES:

23.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado adjudicado.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

25. DO FORO

25.1. As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, ou ainda anulada, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos da legislação vigente.

26.2 - A presente licitação poderá ter a sua abertura adiada ou transferida para outra data, mediante aviso prévio.

26.3 - Os documentos exigidos neste procedimento licitatório poderão ser apresentados em original, por meio de fotocópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração, ou fotocópias simples (exceto cópia de FAX) acompanhadas dos originais para cotejo no ato da apresentação.

26.4 - As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

26.5 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o BANPARÁ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.6 - Nenhuma indenização ou ressarcimento serão devidos aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos ou ainda, quando for o caso, apresentação de amostras relativa a esta licitação.

26.7 - Da sessão será lavrada ata eletrônica com a relação das licitantes e todas as ocorrências que interessarem ao certame.

26.8 - Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III – Dos Contratos da Lei n.º 8.666/93, o presente Edital e a proposta do ADJUDICATÁRIO serão partes integrantes do contrato a ser firmada com o ADJUDICATÁRIO.

26.9 - O instrumento de contrato a ser assinado com a adjudicatária poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração Pública.

26.10 - A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

26.11 - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.12 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo BANPARÁ.

26.13 - Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente edital, o lance é considerado proposta de preços.

- 26.14** - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão eletrônico.
- 26.15** - A Pregoeira, ou autoridade superior, poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 26.16** - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 26.17** - A Pregoeira não desclassificará ou inabilitará, qualquer licitante por falta de rubrica, erros ou omissões que não prejudiquem o curso do processo e possa satisfazer as exigências dentro da sessão.
- 26.18** - Para a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicar-se-ão, no curso desta licitação, as determinações contidas na Lei Complementar n.º 123/2006, as quais deverão comprovar sua condição quando da apresentação dos documentos relativos à habilitação.
- 26.19** - Aplicam-se, a presente licitação, subsidiariamente, as Leis n.º 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes.
- 26.20** - O edital e seus anexos, além de poderem ser lidos e retirados através da internet nos sites www.comprasnet.gov.br, www.banpara.b.br e www.compraspara.pa.gov.br poderão também ser obtidos no BANPARÁ, situado Av. Presidente Vargas, 251 – 1º andar, no horário de 9 às 16h, em dias úteis.
- 26.21** - Para consulta nos autos quando necessário ao perfeito entendimento deste edital, poderá ser contactada à Comissão Permanente de Licitações, pessoalmente, no endereço Av. Presidente Vargas, 251 – 1º andar – Sala de licitações – Belém-Pa, ou através do telefone/fax (91) 3348-3391 ou fones (91) 3348-3392 e (91) 3348-3303, entre 9h e 16h ou ainda pelo e-mail cpl@banparanet.com.br.
- 27.22** - Toda comunicação oficial se dará através de correspondência com AR ou fac-símile ou por publicação ou ainda, por e-mail, nos termos da legislação.

Belém-Pará, 15 de maio de 2014.

Vera Morgado
Pregoeira

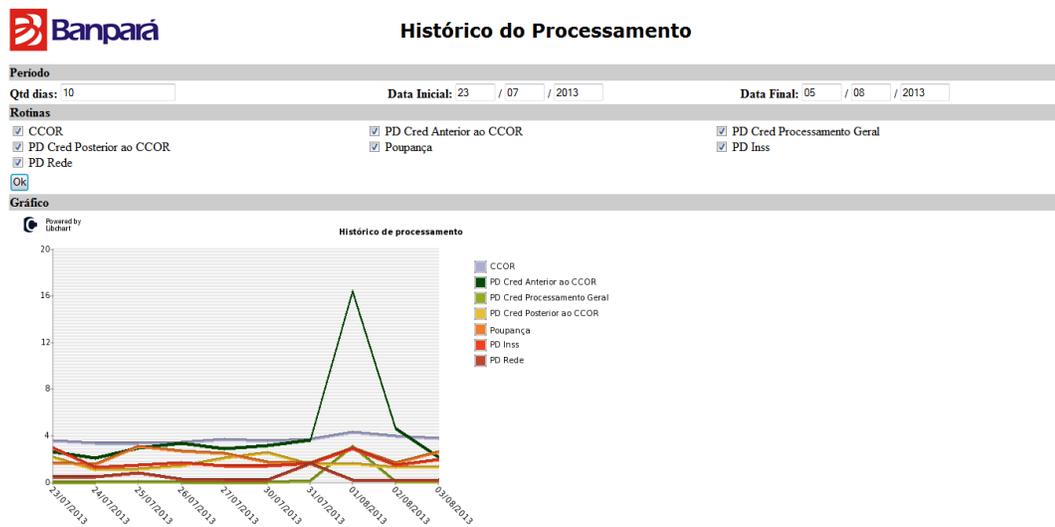
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto deste termo de referência é a aquisição de equipamentos de informática, Programas (Software) e serviços para ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do BANPARA.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

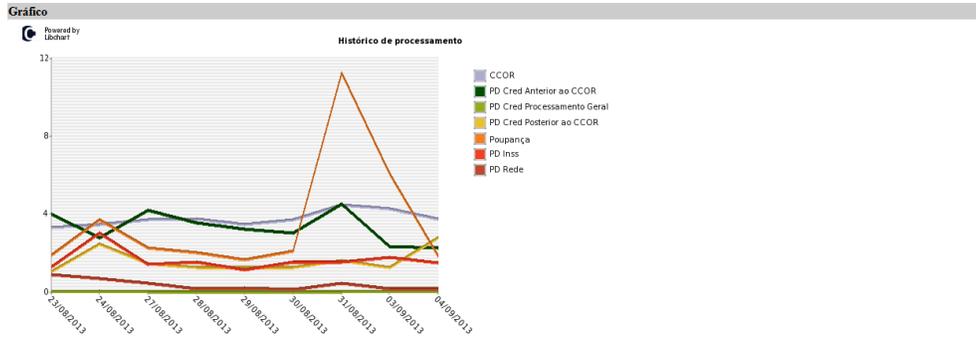
Com o objetivo de atender à crescente demanda por recursos computacionais de processamento e armazenamento requeridos pela implantação de sistemas estratégicos de gestão e apoio a tomada de decisão que utilizam tecnologias Oracle em sua concepção como o Hyperion e Oracle BI, cujos requisitos de hardware, aliados a necessidade de implantação em ambientes distintos para desenvolvimento, homologação e produção, excedem a capacidade atualmente disponível no ambiente de servidores do Banpará que tem um consumo elevado em dias de pico, conforme demonstram a seguir os gráficos com os tempos de processamento batch e estatísticas de utilização dos diversos canais de atendimento:



Histórico do Processamento

Período
 Qtd dias: 10 Data Inicial: 23 / 08 / 2013 Data Final: 04 / 09 / 2013

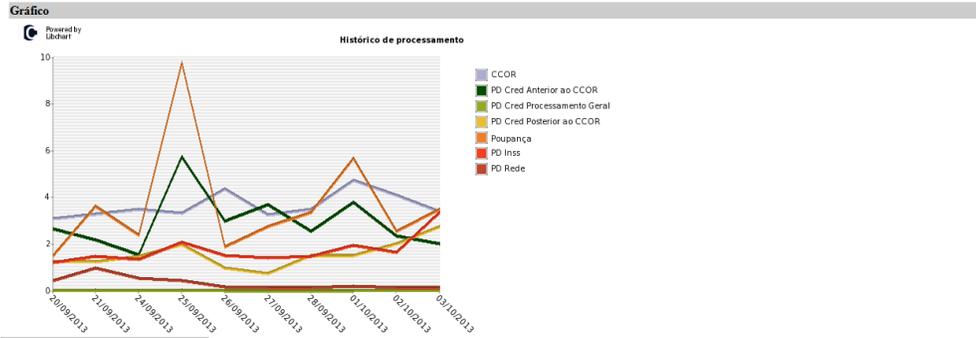
Rotinas
 CCOR PD Cred Anterior ao CCOR PD Cred Processamento Geral
 PD Cred Posterior ao CCOR Poupança PD Inss
 PD Rede



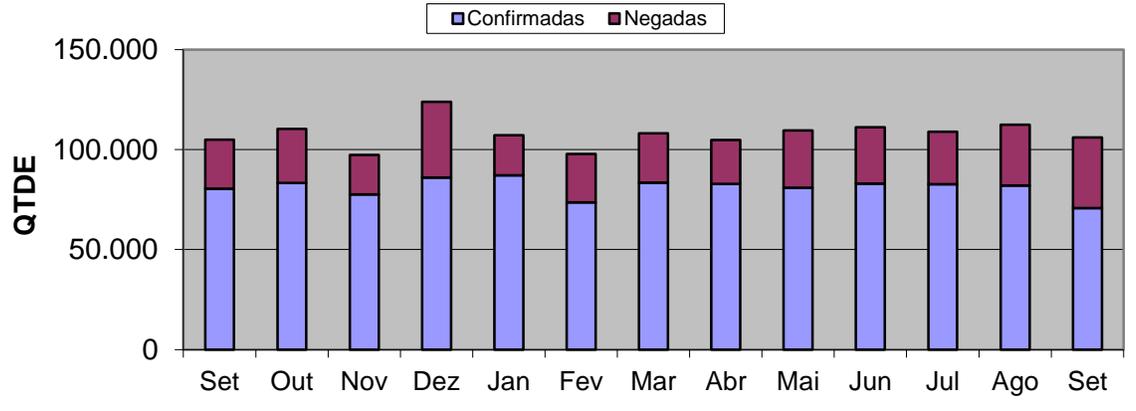
Histórico do Processamento

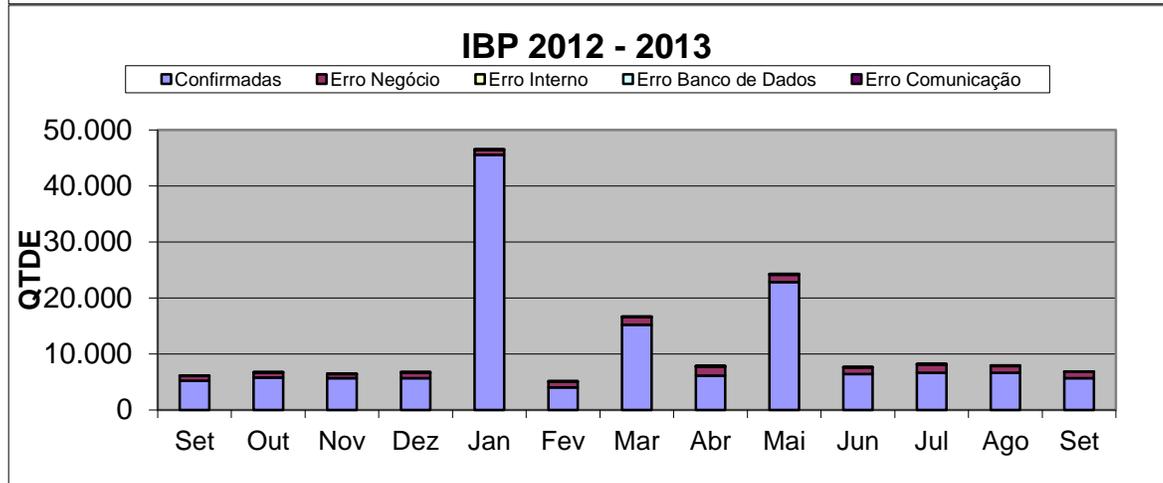
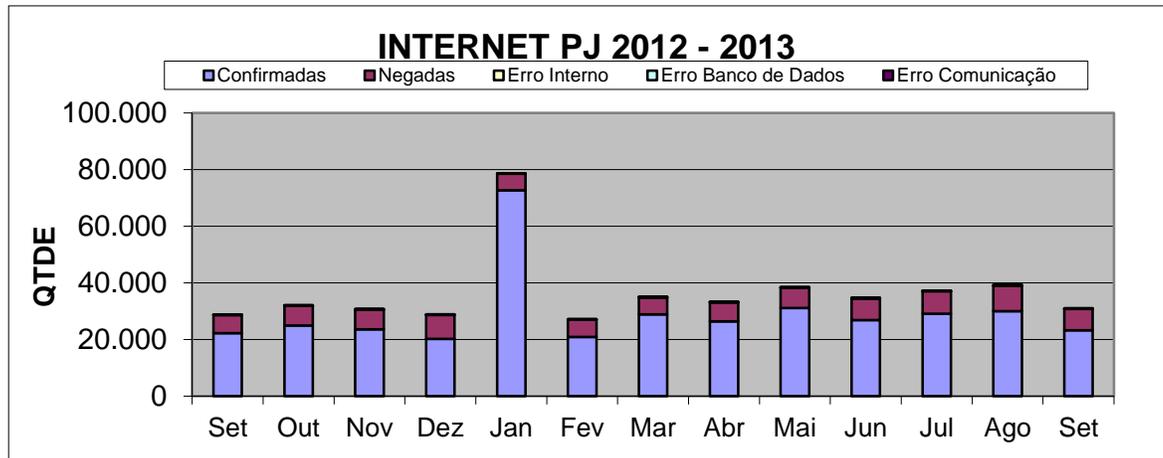
Período
 Qtd dias: 10 Data Inicial: 20 / 09 / 2013 Data Final: 03 / 10 / 2013

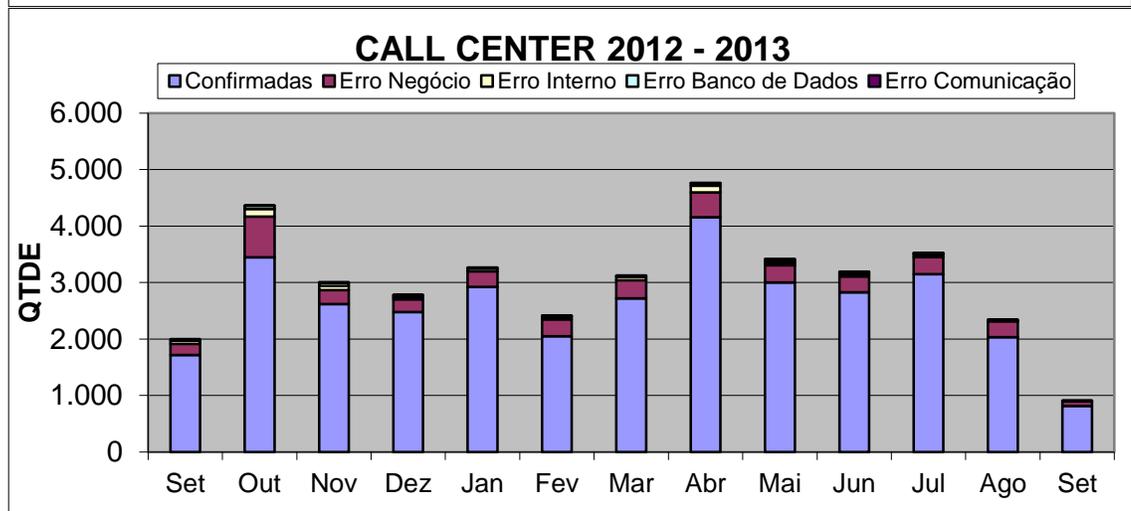
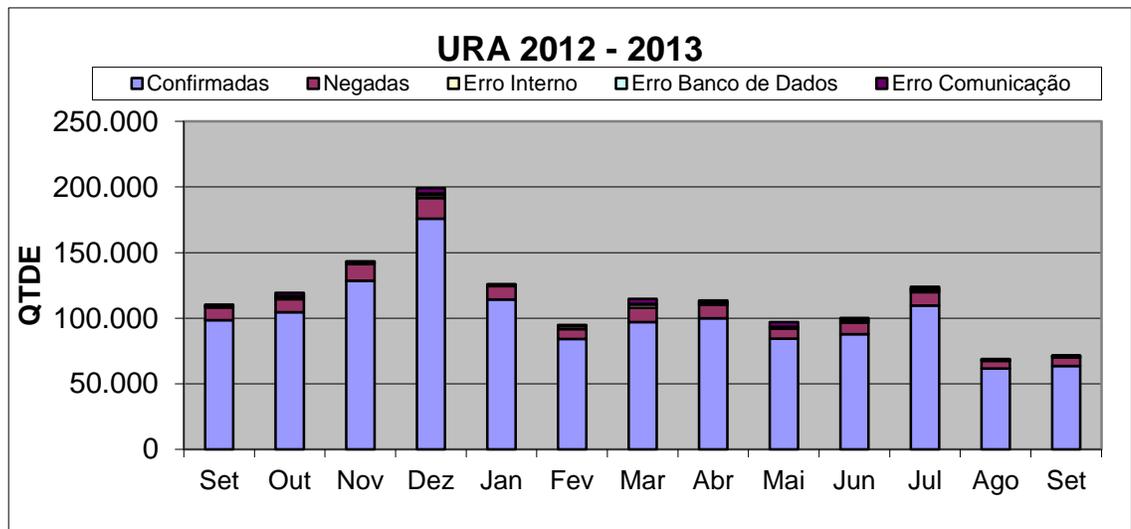
Rotinas
 CCOR PD Cred Anterior ao CCOR PD Cred Processamento Geral
 PD Cred Posterior ao CCOR Poupança PD Inss
 PD Rede



INTERNET PF 2012 - 2013







A capacidade disponível atualmente, além de estar reservada para crescimento futuro, está disponível em sua maior parte para o ambiente VMware, não havendo portanto no Banpará equipamentos disponíveis para instalação de novos sistemas que não sejam virtualizados.

A política de suporte da Oracle em ambientes virtualizados, disponível no link <http://www.oracle.com/technetwork/database/enterprise-edition/db-virtualization-support-133757.pdf> menciona que a fabricante provê suporte à seus produtos em virtualizadores de terceiros, como é o caso da VMware, mas se reserva o direito de eventualmente solicitar ao cliente a reprodução de problemas em ambiente físico, o que pode trazer sérios atrasos na resolução de problemas críticos. Outro ponto que vale mencionar é que em sua política de particionamento, disponível no link <http://www.oracle.com/us/corporate/pricing/partitioning-070609.pdf> a Oracle caracteriza a virtualização do VMware como sendo “soft Partitioning” e para este tipo de particionamento a quantidade de licenças necessárias deve ser considerada considerando o hardware físico que faz com que o Banpará saia da conformidade no que se refere a quantidade de licenças Oracle, pois conforme a tabela de conversão disponível no link [CPL - Comissão Permanente de Licitação
 Av. Presidente Vargas, 251 1º andar – Centro- Belém-Pará – CEP 66.060-000
 Fone/Fax \(91\) 3348-3303 - 3348-3391 – 3348-3392 email: cpl@banparanet.com.br](http://www.oracle.com/us/corporate/contracts/processor-core-factor-</p>
</div>
<div data-bbox=)

[table-070634.pdf](#) o licenciamento para equipamentos x86 é calculado pela multiplicação da quantidade de núcleos do servidor físico multiplicado pelo fator de redução 0,5 excedendo assim a quantidade de licenças de processador adquiridas anteriormente.

Tendo por base manter a conformidade no licenciamento já adquirido, a criação de ambientes distintos (desenvolvimento, homologação e produção) e melhor utilização dos equipamentos além benefícios diretos de performance e confiabilidade no hardware, recomendamos a utilização da arquitetura de processadores RISC para os produtos Oracle e eventuais sistemas críticos do banco compatíveis com esta plataforma, pois além dos benefícios já mencionados, nestes processadores é possível implementar o “hard Partitioning”, que isola fisicamente a alocação de processadores, possibilitando controlar a quantidade de licenças em uso, sendo reconhecida pela Oracle para a distribuição das licenças da forma que inicialmente foi projetada, conforme tabela abaixo:

Produto	Ambiente	Site Primário	Site Secundário
Oracle Database Enterprise Edition e suas Options	Produção	8	8
	Homologação	2	
	Desenvolvimento	2	
Oracle BI Enterprise Edition	Produção	2	
Oracle Weblogic	Produção	3	3
	Homologação	1	
	Desenvolvimento	1	
Hyperion	Produção	80 usuários	
	Homologação	10 usuários	
	Desenvolvimento	10 usuários	

Em adição à implantação dos produtos e soluções da Oracle descritos anteriormente, fundamentais para a extração de informações estratégicas e que servirão como base para a criação de soluções mais confiáveis, seguras e com melhor desempenho para sistemas como o Internet Banking e Automação Bancária – FEP, vale destacar que o Banpará está em processo de expansão da rede agências e postos em curso, entregando novos serviços a seus clientes, desta forma, propõe-se a aquisição de uma solução integrada composta de hardware, software e serviços que seja capaz de executar cargas de trabalho x86 e RISC, face os benefícios expostos anteriormente, capaz de suportar os atuais e novos serviços que estão prestes a serem implantados.

Dentre as alternativas avaliadas para solucionar tais requerimentos, a que apresentou melhor relação custo-benefício, foi a aquisição de um novo ambiente com maior poder de processamento, armazenamento, com recursos computacionais adequados e dinamicamente ajustáveis para suportar as demandas atuais e as novas demandas que estão por vir.

Por se trata de um ambiente crítico, as interligações dos componentes desta nova infraestrutura devem ser totalmente redundantes, sem ponto único de falha, significando que em caso de ocorrência de falha em um componente ou caminho de interligação, outro deva assumir automaticamente sua função, além disto, toda a solução deve seguir a atual política de replicação em dois sites hoje existente no BANPARA, onde deva ser incluído novos recursos que facilitem a retomada do processamento em caso de falha de um dos sites, sendo que esta nova estrutura deva ser totalmente integrada ao atual ambiente computacional do BANPARA.

A solução está baseada em tecnologia de servidores instaláveis em chassi, possibilitando a economia de espaço, gerenciamento, monitoramento, energia, e custo total de propriedade, utilizando-se de arquiteturas X86 e RISC ou EPIC, sistema de discos e solução de gerenciamento e monitoramento de ambiente.

3. COMPONENTES DA SOLUÇÃO

Considerando que o presente Termo de Referência trata de uma solução e não de simples aquisição de produtos, a LICITANTE deverá fornecer todos os produtos e serviços de cada lote, de tal forma que garanta sua integração e funcionamento conforme especificado.

O lotes serão compostos pelos itens e quantidades a serem adquiridos descritos na tabela abaixo, cujas respectivas especificações mínimas, estão descritas de forma detalhada no subitem 4.

LOTE 01 – Licenças de Software para Virtualização - VMware

Item	Descrição	Qtd
1	Licença de VMWARE vSphere Enterprise Plus with Operations Management, com Suporte e Subscrição para 36 meses	20
2	Licença de VMWARE vCenter Site Recovery Manager 5 Enterprise (25 VM Pack), com Suporte e Subscrição para 36 meses	6

LOTE 02 – Switch de Core, Software de Gerenciamento e Serviços

Item	Descrição	Qtd
1	Switch de Core	4
2	Software de Gerência do Core	1
3	GBIC 1 GB BASE-T	80

4	GBIC 10 GB SFP+ BASE-LR	16
5	Cabo de Cobre 10Gb SFP+ DAC 7M	20
6	Cabo de Cobre 40Gb QSFP+ DAC 1M	4
7	Cabo de Cobre 40Gb QSFP+ DAC 7M	16
8	Software de Gerenciamento de Performance da Rede	1
9	Pacote com 40 horas de consultoria	5

LOTE 03 – Unidades de Virtualização com Proteção de Dados Contínua

Item	Descrição	Qtd
1	Unidades de Virtualização com Proteção de Dados Contínua	2
2	Pacote com 40 horas de consultoria	20

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. LOTE 01 - ITEM 1 – Licença de VMWARE vSphere Enterprise Plus with Operations Management, com Suporte e Subscrição para 36 meses

4.1.1. Licenças de VMWARE vSphere Enterprise Plus with Operations Management com Suporte e Subscrição por 36 meses para um processadores;

4.2. LOTE 01 - ITEM 2 – Licença de VMWARE vCenter Site Recovery Manager 5 Enterprise (25 VM Pack), com Suporte e Subscrição para 36 meses

4.2.1. Licenças de VMWARE vCenter Site Recovery Manager 5 Enterprise com Suporte e Subscrição por 36 meses;

4.3. LOTE 02– Item 1 – Switch de Core

4.3.1. Deve possuir altura máxima de 2 RU

4.3.2. Deve possuir, no mínimo, 40 (quarenta) slots/portas do tipo SFP/SFP+, fixas ao equipamento, para instalação de portas nos padrões 1000BaseX, 1000BaseT, 10GBaseC, 10GBaseSR, 10GBaseLR, 10GBaseLRM, 10GBaseER, em qualquer combinação, não sendo aceito o conceito de portas combo

4.3.3. Deve suportar até 64 portas 10 Gigabit Ethernet BaseX em 1U

4.3.4. Deve suportar mínimo de 128.000 (cento e vinte e oito mil) endereços MAC

4.3.5. Deve possuir 2 (dois) slots para expansão com suporte a módulos com slots para portas de 1Gbps no padrão SFP, 10Gbps no padrão SFP+ e 40Gbps no padrão QSFP+. Deve permitir a instalação de 10G e 40Gbps no mesmo módulo

4.3.6. O switch deve possuir, no mínimo, 06 (seis) portas 40Gbps no padrão QSFP+, não sendo aceito o conceito de portas combo

4.3.7. Todas as interfaces devem ser 100% Non-Blocking

4.3.8. Todas as interfaces devem ser 100% Non-Blocking

4.3.9. Suporte a configuração de chassis virtual, quando dois switches estiverem conectados. Devem ser gerenciados com um único IP e permitir a configuração como se fosse um único switch

4.3.10. Deverá contar com tecnologia que permita conectar 2 (dois) diferentes dispositivos e que esta conexão opere de maneira ativo-ativo a nível de camada 2

4.3.11. Suportar a configuração de até 6 switches como chassis virtual

4.3.12. Memória Flash deve ser de, no mínimo, 2 Gbps

4.3.13. Memória RAM deve ser de, no mínimo, 2 Gbps

4.3.14. Deverá contar com tecnologia que permita identificar, classificar (incluindo QoS e VLAN) e seguir o movimento de máquinas virtuais (VM) através da rede de maneira automática e manual. Indicar o nome e o funcionamento da tecnologia ofertada

- 4.3.15. Deve possuir fonte de alimentação DC ou AC removível, com sistema de ventilação "front-to-back"
- 4.3.16. Deve possuir fonte primária e fonte backup interna
- 4.3.17. Deve oferecer ventilação redundante no sistema "3+1"
- 4.3.18. Deve vir configurado com fonte redundante AC
- 4.3.19. Deve suportar a temperatura de operação entre 0 e 45oC
- 4.3.20. As fontes do switch devem ser hot swap, permitindo que a troca ou instalação de nova fonte não gere interrupção dos serviços da rede
- 4.3.21. Os módulos do switch devem ser hot swap
- 4.3.22. Deve suportar a temperatura de armazenamento entre -10 e 70oC
- 4.3.23. Deve suportar umidade de operação e armazenamento entre 5 e 95%
- 4.3.24. Deve oferecer MTBF com no mínimo 141.000 horas
- 4.3.25. Deve oferecer um consumo de energia menor que 250 watts
- 4.3.26. Deve permitir que seja configurado para utilização numa rede Mesh, seguindo a arquitetura POD (Performance Optimized Datacenter) com, no mínimo, 6 switches
- 4.3.27. A dissipação de calor deve ser menor que 850 BTU/h
- 4.3.28. O switch deve ser homologado na Anatel
- 4.3.29. Deve Implementar no mínimo 960 (novecentos e sessenta) Mpps
- 4.3.30. Deve Implementar switch fabric de no mínimo 1280 (mil duzentos e oitenta) Gbps
- 4.3.31. Deve possuir latência de sub micro segundos
- 4.3.32. Deve suportar 64 (sessenta e quatro) instâncias de VRF por switch
- 4.3.33. Deve suportar no mínimo 4000 (quatro mil) rotas estáticas em IPv6
- 4.3.34. Deve suportar no mínimo 16 (dezesesseis) interfaces de rota por VLAN
- 4.3.35. Deve suportar no mínimo 64000 (sessenta e quatro mil) entradas ARP
- 4.3.36. Deve suportar no mínimo 500 (quinhentas) rotas RIP em IPv6
- 4.3.37. Deve suportar no mínimo de 10 interfaces IPv6
- 4.3.38. Deve suportar no mínimo 4094 interfaces de roteamento IPv4
- 4.3.39. Deve implementar os seguintes protocols:
 - 4.3.39.1. IPSec
 - 4.3.39.2. BGP
 - 4.3.39.3. MP-BGP
 - 4.3.39.4. Static Routing IPv6
 - 4.3.39.5. PIM-SM IPv6
 - 4.3.39.6. OSPFv3
 - 4.3.39.7. Policy Based routing
 - 4.3.39.8. RIPng
- 4.3.40. Deve permitir a integração de EVB por VLAN e SAP
- 4.3.41. Suportar Shortest Path Bridging modo Mac in Mac
- 4.3.42. ECMP para OSPF
- 4.3.43. Deve suportar 802.1 DCB (Data Center Bridging), EVB e DCBX
- 4.3.44. Deve Implementar IEEE 802.1Q
- 4.3.45. Deve Implementar IEEE 802.1p
- 4.3.46. Deve Implementar IEEE 802.1s
- 4.3.47. Deve Implementar IEEE 802.3x

- 4.3.48. Deve Implementar IEEE 802.1D
- 4.3.49. Deve Implementar IEEE 802.1w
- 4.3.50. Deve Implementar IEEE 802.1ak
- 4.3.51. Deve Implementar IEEE 802.1aq Shortest Path Bridging
- 4.3.52. Deve Implementar IEEE 802.1Qaz, Enhanced Transmission Selection
- 4.3.53. Deve Implementar IEEE 802.1Qbg, Edge Virtual Bridging
- 4.3.54. Deve Implementar IEEE 802.1Qbb, Priority Flow Control
- 4.3.55. Deve suportar implementação futura de Fibre Channel over Ethernet (FCoE)
- 4.3.56. Deve Implementar IEEE 802.1au Congestion Notification
- 4.3.57. Deve suportar IEEE 802.1az ETS (Enhanced Transmission Selection)
- 4.3.58. Deve Implementar IEEE 802.3ad/AX LACP
- 4.3.59. Deve Implementar IEEE 802.3i (10BASE-T)
- 4.3.60. Deve Implementar IEEE 802.3u (Fast Ethernet)
- 4.3.61. Deve Implementar IEEE 802.3z (Gigabit Ethernet)
- 4.3.62. Deve Implementar IEEE 802.3ab (1000Base-T)
- 4.3.63. Deve Implementar IEEE 802.3ae 10G Ethernet;
- 4.3.64. Deve Implementar IEEE 802.3ba 40G Ethernet ;
- 4.3.65. Deve Implementar IEEE 802.3ad, com no mínimo 128 (cento e vinte e oito) grupos com 08 (oito) portas por LAG, inclusive entre portas de switches distintos da pilha;
- 4.3.66. Deve Implementar IGMP v1, v2, v3 e snooping;
- 4.3.67. Deve Implementar o padrão IEEE 802.1ab e LLDP-MED;
- 4.3.68. Deve Implementar IEEE 802.3ac;
- 4.3.69. Deve Implementar VRRP v1, v2, v3;
- 4.3.70. Suportar ERIPv2 com configuração mínima de 64 anéis;
- 4.3.71. Deve suportar a configuração de múltiplos anéis, anéis mestres, sub-anéis no protocolo ERIPv2;
- 4.3.72. Deve suportar modo revertive, non-revertive, controle de canais R-APS com ou sem canal virtual e suporte a interoperabilidade com SROS no protocolo ERIPv2;
- 4.3.73. Deve suportar interoperabilidade SPBM SR;
- 4.3.74. Deve Implementar UDLD e BFD;
- 4.3.75. Deve Implementar suporte a Jumbo Frame;
- 4.3.76. Deve suportar MLDv1/v2 e snooping;
- 4.3.77. Deve implementar ITU-T Y.1344 e ITU-T G.8032;
- 4.3.78. Deve implementar as seguintes RFCs relativas ao IP Multicast: 1112, 2236, 2933, 2365 e 3376;
- 4.3.79. Deve implementar Server Load Balance (SLB);
- 4.3.80. Deve implementar VLAN Stacking e High Availability VLANs;
- 4.3.81. Deve implementar as seguintes RFCs relativas ao IPv4:
 - 4.3.81.1. 2003 IP/IP Tunneling;
 - 4.3.81.2. 2784 GRE Tunneling.
 - 4.3.81.3. Deve implementar as seguintes RFCs relativas a OSPF:
 - 4.3.81.4. 1765 OSPF Database Overflow;
 - 4.3.81.5. 1850/2328 OSPF v2 e MIB;
 - 4.3.81.6. 2154 OSPF MD5 Signature;

- 4.3.81.7. 2370/3630 OSPF Opaque LSA;
- 4.3.81.8. 3101 OSPF NSSA Option;
- 4.3.81.9. 3623 OSPF Graceful Rstart;
- 4.3.81.10. 2470 OSPFv3 para IPv6.
- 4.3.82. Deve implementar as seguintes RFCs relativas a BGP:
 - 4.3.82.1. 1269/1657/4273 BGP v3 e v4 MIB;
 - 4.3.82.2. 1403/1745 BGP/OSPF Interaction;
 - 4.3.82.3. 1771-1774/2842/2918/3392/4271 BGP v4;
 - 4.3.82.4. 1965 BGP AS Confederations;
 - 4.3.82.5. 1966 BGP Route Reflection;
 - 4.3.82.6. 1997/1998 BGP Communities Attribute;
 - 4.3.82.7. 2042 BGP New Attribute;
 - 4.3.82.8. 2385 BGP MD5 Signature;
 - 4.3.82.9. 2439 BGP Route Flap Damping;
 - 4.3.82.10. 2545 BGP-4 Multiprotocol Extensions para IPv6 Routing;
 - 4.3.82.11. 2858/4770 Multiprotocol Extensions para BGP-4;
 - 4.3.82.12. 3065 BGP AS Confederations;
 - 4.3.82.13. 4456 BGP Route Reflection;
 - 4.3.82.14. 4486 Subcodes para BGP Cease Notification;
 - 4.3.82.15. 4724-Graceful Restart para BGP;
- 4.3.83. Deve implementar as seguintes RFCs relativas a IS-IS:
 - 4.3.83.1. 1142/1195/3719/3787 IS-IS v4;
 - 4.3.83.2. 2763/2966/3567 Adjacencies and route management;
 - 4.3.83.3. 3373/draft-ietf-isis-igp-p2p-over-lan Point to point over LAN;
 - 4.3.83.4. 5306 Graceful Restart;
 - 4.3.83.5. 6329 IS-IS Extensions Supporting IEEE 802.1aq SPB;
- 4.3.84. Implementar as seguintes certificações:
 - 4.3.84.1. FCC 47 CFR Part 15 Class A;
 - 4.3.84.2. ICES-003 Class A;
 - 4.3.84.3. 89/336/ECC EMC Directive;
 - 4.3.84.4. EN55022:1998 Class A;
 - 4.3.84.5. EN55024:1998;
 - 4.3.84.6. EN61000-42;
 - 4.3.84.7. EN61000-4-3;
 - 4.3.84.8. EN61000-4-4;
 - 4.3.84.9. EN61000-4-5;
 - 4.3.84.10. EN61000-4-6;
 - 4.3.84.11. EN61000-4-8;
 - 4.3.84.12. EN61000-4-11;
 - 4.3.84.13. EN61000-3-2;
 - 4.3.84.14. EN61000-3-3;
 - 4.3.84.15. CISPR22:1997 Class A;
 - 4.3.84.16. VCCI Class A;
 - 4.3.84.17. AS/NZS 3548 Class A;
 - 4.3.84.18. IEEE 802.3 “Hipot requirement and 1.5kV surge on data port for coopper interfaces”;

- 4.3.84.19. IEC 60950-1:2001;
- 4.3.84.20. EN 60950-1:2001;
- 4.3.84.21. CAN/CSA-C222 No. 60950-1-03;
- 4.3.84.22. EN 60825-1 Laser;
- 4.3.84.23. EN 60825-1 Laser;
- 4.3.84.24. CDRH Laser;
- 4.3.85. Anatel;
- 4.3.86. Deve Implementar rota estática;
- 4.3.87. Deve Implementar RIPv1/v2 e RIPv6 (Routing Information Protocol Next Generation);
- 4.3.88. Suportar roteamento entre grupos VRF em IPv4 (VRF Route Leaking);

- 4.3.89. Suportar o gerenciamento dos grupos de VRF, oferecendo a possibilidade de controlar qual protocolo de gerenciamento está em uso para cada grupo;
- 4.3.90. Suportar ISIS-v4;
- 4.3.91. Deve Implementar OSPF (Open Shortest Path First) v2/v3;
- 4.3.92. Deve Implementar BGP (Border Gateway Protocol) v4;
- 4.3.93. Deve Implementar GRE e IP-IP tunneling;
- 4.3.94. Deve Implementar VRRP v2/v3;
- 4.3.95. Deve Implementar DHCP Relay;
- 4.3.96. Deve Implementar NDP (Network Discovery Protocol);
- 4.3.97. Deve Implementar ICMPv6 (Internet Control Message Protocol version 6);
- 4.3.98. Deve suportar RIPng (RFC 2080) para IPv6;
- 4.3.99. Deve suportar VRF em IPv4;
- 4.3.100. Deve suportar rota estática, RIP em IPv4;
- 4.3.101. Deve suportar roteamento Inter-ISID;
- 4.3.102. Deve Implementar as seguintes RFCs relativas ao protocolo RIP: 1058, 1722, 1723, 1724, 2453, 1812, 2644 e 2080;
- 4.3.103. Deve Implementar as seguintes RFCs relativas ao IPv6: 1886, 2292, 2373, 2374, 2460, 2462, 2461, 2463, 2466, 2452, 2454, 2464, 2465, 2553, 2893, 3493, 3513, 3056, 3542, 3587, 4007, 4193, 1981, 2711, 3484, 3595, 3596, 4022, 4113, 4213, 4291, 4443, 4861, 4862, 5095, 4301, 4302, 2401, 2402, 4303, 2406 e 4308;
- 4.3.104. Deve Implementar IGMP (Internet Group Management Protocol) v1/v2/v3 snooping;
- 4.3.105. Deve Implementar PIM-SM (Protocol Independent Multicast – Sparse mode) e PIM SSM (Source Specific Multicast);
- 4.3.106. Deve Implementar PIM-DM (Protocol Independent Multicast – Dense Mode) e PIM-BiDir (Bidirectional Protocol Independent Multicast);
- 4.3.107. Deve Implementar DVMRP (Distance Vector Multicast Routing Protocol);
- 4.3.108. Deve Implementar MLD (Multicast Listener Discovery) v1/v2 snooping;
- 4.3.109. Deve Implementar as seguintes RFCs:
 - 4.3.109.1. 1075/draft-ietf-idmr-dvmrp-v3-11.txt DVMRP;
 - 4.3.109.2. 2365 Multicast;
 - 4.3.109.3. 2710/3019/3810/MLD v2 for IPv6;
 - 4.3.109.4. 2715 PIM and DVMRP interoperability;
 - 4.3.109.5. 2933 IGMP MIB;
 - 4.3.109.6. 3376 IGMPv3 (includes IGMP v2/v1);
 - 4.3.109.7. 3569 Source-Specific Multicast (SSM);
 - 4.3.109.8. 3973 Protocol Independent Multicast –Dense Mode (PIMDM);
 - 4.3.109.9. 4087 IP tunnel MIB;
 - 4.3.109.10. 4541 Considerations for IGMP and MLD snooping switches;

- 4.3.109.11. 4601/5059 PIM-SM;
- 4.3.109.12. 5015 BiDIR PIM;
- 4.3.109.13. 5060 Protocol Independent Multicast MIB;
- 4.3.109.14. 5240 PIM Bootstrap Router MIB;
- 4.3.109.15. 5132 Multicast Routing MIB;
- 4.3.110. Deve Implementar IEEE 802.1p;
- 4.3.111. Deve Implementar Rate Limiting por porta com granularidade de 64Kbps;
- 4.3.112. Deve Implementar classificação de tráfego: por porta TCP/UDP de origem/destino, por endereço MAC de origem/destino, por endereço IP de origem/destino e por valor do campo ToS;
- 4.3.113. Deve possuir a capacidade de associar um dispositivo autenticado por endereço MAC a uma respectiva VLAN e ainda associar este dispositivo a política de filtragem de tráfego e de qualidade de serviço;
- 4.3.114. Deve Implementar a remarcação do campo ToS/DSCP;
- 4.3.115. Deve possuir no mínimo 08 (oito) filas de prioridade por porta;
- 4.3.116. Deve possuir algoritmo de enfileiramento: Randon Early Detect/Discard (RED), Weighted Random Early Detection (WRED), Strict Priority (SP) e Weighted Round Robin (WRR);
- 4.3.117. Suportar Auto QoS para gerenciamento do switch e telefones IP;
- 4.3.118. Deve suportar Policy Flow Control (PFC) de entrada e saída, no caso de entrada permitir a configuração de no mínimo 128 filas de prioridade lossless Ethernet por switch;
- 4.3.119. Implementar QoS Three color marker, tráfego simples e duplo, com análise de banda reservada, banda excedida e burst size;
- 4.3.120. Suportar End to End Head-Of-Line Blocking Protection (E2E-HOL);
- 4.3.121. Deve implementar as seguintes RFCs relativas a qualidade de serviço (QoS):
 - 4.3.121.1. 896;
 - 4.3.121.2. 1122;
 - 4.3.121.3. 2474;
 - 4.3.121.4. 2475;
 - 4.3.121.5. 2597;
 - 4.3.121.6. 3168;
 - 4.3.121.7. 3246;
 - 4.3.121.8. 3635;
 - 4.3.121.9. 2697;
 - 4.3.121.10. 2698.
- 4.3.122. Deve permitir o controle de acesso à rede baseado no endereço MAC;
- 4.3.123. Deve ser possível configurar explicitamente os endereços MACs que podem ser aprendidos em uma porta do switch;

- 4.3.124. Deve ser possível informar, por porta do switch, a quantidade de endereços MACs que podem ser aprendidos dinamicamente, devendo permitir a configuração do valor mínimo para 1 (um) endereço MAC;
- 4.3.125. Deve Implementar envio de trap SNMP quando ocorrer uma violação de filtro de MAC das situações acima;
- 4.3.126. Deve suportar autenticação via web para usuários visitantes, podendo o login ser feito na base local do switch ou através de Radius;
- 4.3.127. Deve suportar no mínimo 3 autenticações por porta;
- 4.3.128. Deve oferecer 8 (oito) servidores de autenticação em modo de múltipla autoridade;
- 4.3.129. Deve Implementar autenticação de dispositivos através de endereço MAC, realizando a validação do endereço MAC em servidor Radius;
- 4.3.130. Deve Implementar ACL ou outra funcionalidade de filtragem de tráfego por porta TCP/UDP de origem/destino, por endereço MAC de origem/destino, por endereço IP de origem/destino e por valor do campo ToS;
- 4.3.131. Deve implementar ACLs;
- 4.3.132. Deve Implementar broadcast suppression por porta;
- 4.3.133. Deve Implementar recurso para possibilitar que uma interface executando o protocolo Spanning Tree seja colocada no estado down quando a mesma receber um BPDU;
- 4.3.134. Deve implementar funcionalidade de Arp Spoof protection;
- 4.3.135. Deve oferecer detecção e proteção dinâmica para ataques ARP;
- 4.3.136. Deve oferecer STP Root Guard;
- 4.3.137. Deve oferecer proteção contra ICMP Ping of Death, SYN Attack, Land Attack, Teardrop/Bonk/Boink Attacks, Pepsi Attack, ARP Flood Attack, Invalid IP Attack, Multicast IP e MAC Address Mismatch, Ping overload e pacotes com endereço IP loopback de origem;
- 4.3.138. Deve implementar Port Security;
- 4.3.139. Deve implementar as seguintes RFCs: 1321, 2104, 2138, 2865, 2868, 3575, 2618, 2139, 2866, 2867, 2620, 2228, 2284, 2869, 4301, 1826, 1827, 4303 e 4503.
- 4.3.140. Deve Implementar SSH V2;
- 4.3.141. Deve implementar o gerenciamento dual stacking IPv4 e IPv6;
- 4.3.142. Deve Implementar SNMP v1, v2 e v3;
- 4.3.143. Deve Implementar NTP ou SNTP;
- 4.3.144. Deve Implementar Syslog Permitindo configurar no mínimo 04 (quatro) servidores de syslog distintos;
- 4.3.145. Deve Implementar Radius e TACACS+;
- 4.3.146. Deve Implementar Y.1731;
- 4.3.147. Status operacional do cabo (ativo ou falha) conforme IEEE 802.1ag;

- 4.3.148. Deve suportar IP SAA (Service Assurance Agent), ETH-LB e ETH-DMM para verificar a performance da rede, identificar problemas e medir a disponibilidade da rede;
- 4.3.149. Deve Implementar espelhamento de tráfego, inclusive entre portas de switches distintos da pilha. Deve permitir espelhar simultaneamente os frames recebidos e transmitidos;
- 4.3.150. Deve Implementar Telnet;
- 4.3.151. Deve Implementar SFTP e FTP;
- 4.3.152. Deve Implementar configuração via CLI e tela WEB;
- 4.3.153. Deve implementar sflow;
- 4.3.154. Deve suportar mapeamento de porta;
- 4.3.155. Deve suportar espelhamento de porta remota;
- 4.3.156. Deve suportar Port Monitoring;
- 4.3.157. Deve suportar loopback de endereço IP para gerenciamento por serviço;
- 4.3.158. Deve Implementar RMON, 04 (quatro) grupos, sem utilização de probe externa;
- 4.3.159. Deve possuir as seguintes portas para gerenciamento: 1 (uma) porta Ethernet, 1 (uma) porta USB e 1 (uma) porta console;
- 4.3.160. Deve Implementar gerenciamento por HTTP ou HTTPS através de acesso direto ao equipamento por web browser padrão;
- 4.3.161. Deve suportar, no mínimo, 02 (duas) Imagens do sistema operacional;
- 4.3.162. Deve suportar as seguintes RFCs relativas a gerenciamento: 1350, 854, 855, 1155, 2578, 2580, 1157, 2271, 1212, 2737, 1213, 2011, 2012, 2013, 1215, 1573, 2233, 2863, 1643, 2665, 1901-1908, 3416-3418, 2096, 2570-2576, 3411-3415, 2616, 2854, 2667, 2668, 3636, 2674, 3414, 4251, 4252, 959 e 2640.
- 4.3.163. Deve suportar as seguintes RFCs: 791, 894, 1024, 1349, 792, 768, 793, 1156, 826, 919, 922, 925, 1027, 950, 951, 1151, 1191, 1256, 1305, 2030, 1493, 1518, 1519, 1541, 1542, 2131, 3396, 3442, 1757, 2819, 2131, 3046, 2132, 2251, 2338, 3768, 2787, 3060, 3176 e 3021.
- 4.3.164. No mínimo 36 (trinta e seis) meses, oferecendo suporte técnico remoto, com disponibilidade 24X7 e suporte local através de revendedor certificado pelo fabricante. Deve incluir upgrade de software (inclusive correções de software) dentro do prazo contratado e sem custos adicionais

4.4. LOTE 2– Item 2 – Software de Gerência do Core

- 4.4.1. A solução de gerência deverá ser do mesmo fabricante do switch de CORE
- 4.4.2. Deve possuir 10 licenças para gerenciar ativos de rede;

- 4.4.3. Deve suportar upgrade das licenças para gerenciar no mínimo 100 ativos de rede;
- 4.4.4. Permitir o recebimento de “traps” dos dispositivos da rede e permitir a exportação de “traps” e eventos.
- 4.4.5. Deverá informar a severidade dos eventos.
- 4.4.6. A plataforma de gerenciamento deverá ter a capacidade de fazer o descobrimento (discovery) automático dos dispositivos gerenciáveis da rede através de faixas de endereços IP.
- 4.4.7. Deverá ter a capacidade de atualização em relação à inclusão de novos ativos e alteração do status dos equipamentos da rede.
- 4.4.8. Deverá permitir a visualização gráfica dos equipamentos da rede e a monitoração do estado operacional de dispositivos e suas interfaces, permitindo a ativação e desativação das interfaces dos equipamentos.
- 4.4.9. Permitir a visualização e a configuração de VLANs, incluindo modificação de parâmetros de Spanning Tree e configuração de troncos 802.1Q.
- 4.4.10. Suporte a acesso multi-usuário, baseado em arquitetura cliente/servidor, com um servidor centralizando as informações, e licenças para até 10 clientes acessando remotamente as informações centralizadas.
- 4.4.11. Permitir a gerência de todos os switches fornecidos e futuras expansões até 50% (cinquenta por cento) do número de equipamentos adquiridos.
- 4.4.12. Deverá ter a capacidade de realizar backup da configuração dos dispositivos e armazenar estas informações na estação de gerência, sendo possível realizá-lo manualmente ou programá-la para um momento mais indicado.
- 4.4.13. Permitir atualização de sistema operacional dos equipamentos a partir da plataforma de gerência sem necessidade de operação local em cada equipamento.
- 4.4.14. Coletar informação de inventário por equipamento, mostrando no mínimo, o endereço IP, uptime, módulos, detalhes de revisão de hardware e serial number, versão do sistema operacional.
- 4.4.15. Permitir visualização gráfica com a utilização, do sistema (CPU e memória), de módulos e de portas específicas, incluindo bytes transmitidos e recebidos.
- 4.4.16. Permitir que os dados coletados, logs e estatísticas sejam gravados em banco de dados acessível por outras aplicações;
- 4.4.17. Permitir o estabelecimento de políticas para o intervalo de coleta dos dados para cada tipo de estatística criado.
- 4.4.18. Deverá suportar SNMPv3.
- 4.4.19. Criação de níveis de acesso de leitura e gravação para usuários e grupos de usuários.
- 4.4.20. Suportar a execução de uma ação configurável ao receber um trap, filtrando de acordo com parâmetros como tipo do trap, endereço IP e severidade. Entre as possíveis ações executadas, devem suportar, no mínimo, o envio de um e-mail e a execução de uma aplicação no servidor de gerência, permitindo a passagem de parâmetros relativos ao trap recebido para o e-mail a ser enviado e para a aplicação a ser executada.
- 4.4.21. Permitir o redirecionamento dos traps recebidos para outro software de gerência integrada.

- 4.4.22. Permitir a alteração da severidade de um evento, para adequar-se às necessidades e prioridades da rede.
- 4.4.23. Suportar o sincronismo de alarmes SNMP com os equipamentos gerenciados em caso de perda de alarmes na gerência por falha de transmissão ou falha de link, através de comando manual e periodicamente.
- 4.4.24. Permitir a localização da porta de switch onde um determinado equipamento esteja ligado, a partir critérios de endereço IP e endereço MAC
- 4.4.25. A localização do equipamento pode ser feita online e offline de acordo com o último resultado encontrado para o IP ou MAC objeto da pesquisa, informando qual foi a última data e hora em que este equipamento foi detectado na rede, bem como a VLAN na qual ele foi detectado.
- 4.4.26. Deve poder configurar políticas de ACL, QoS e VLAN totalmente via interface gráfica de gerência.
- 4.4.27. Permitir a visualização gráfica de todas as VLANs presentes em um determinado equipamento e de todos os equipamentos que contenham uma VLAN.
- 4.4.28. Possuir ferramenta que interage com dispositivos do tipo IDS/IDP de qualquer fabricante, onde estes dispositivos detectam um ataque e enviam um alarme SNMP ou mensagem Syslog à gerência, que então é capaz de definir uma ação de bloqueio, que pode ser feito tanto de forma automática quanto de forma manual (sob comando do administrador da rede).
- 4.4.29. Deverá permitir o isolamento do dispositivo afetado em uma VLAN específica de “quarentena”, permitindo que o mesmo seja restaurado e retorne à rede. A atribuição do dispositivo afetado à VLAN de “quarentena” deve ser dinâmica e não apenas por porta, evitando que um usuário já infectado apenas mude de porta no switch e continue efetuando o ataque.
- 4.4.30. Deverá permitir o isolamento do dispositivo afetado através do bloqueio da porta física de onde o ataque foi originado. Esta ação poderá ser feita nos switches do próprio fabricante da gerência, bem como de switches de terceiros, desde que estes suportem integralmente o padrão MIB-II.
- 4.4.31. Deverá permitir a configuração de dispositivos que nunca devem ser bloqueados, como estações de gerência e dispositivos ligados a ferramentas de segurança interna da rede, minimizando a ocorrência de falsos positivos.
- 4.4.32. Permitir a descoberta automática de links entre os equipamentos gerenciados, desenhando-os no mapa de topologia da rede.
- 4.4.33. Permitir a visualização diferenciada de links agregados e links simples.
- 4.4.34. Permitir o agrupamento de elementos em regiões e sub-regiões definidas pelo usuário, com pelo menos 3 níveis de hierarquia de regiões e sub-regiões.
- 4.4.35. Permitir a execução de scripts de comandos pré-definidos em múltiplos elementos.
- 4.4.36. Permitir a criação de opções de menu customizadas, de acordo com o tipo de equipamento, passando informações como o endereço IP, as communities SNMP de leitura e escrita, e usuário e senha de Telnet/SSH.
- 4.4.37. Permitir a descoberta automática e a recepção de traps SNMP de equipamentos de terceiros, desde que fornecida a MIB do equipamento.

- 4.4.38. Possuir MIB browser que permita a leitura seqüencial de objetos das MIBs existentes, a partir de um ponto especificado da árvore de OIDs, mostrando para cada objeto o respectivo OID, nome e conteúdo.
- 4.4.39. Suportar plataforma Windows 2003 Server e Linux para o servidor de gerência.
- 4.4.40. Suportar redundância “hot-standby” do servidor de gerência com a formação de um cluster de servidores.
- 4.4.41. Possibilitar a definição de thresholds (limites), além de disparar alarmes e notificações quando um threshold definido pelo usuário for atingido.
- 4.4.42. Deve permitir que as funções de “backup” e “restore” de sistema operacional e configurações seja feita de forma criptografada.
- 4.4.43. Suportar acesso criptografado entre o cliente e o servidor da gerência através de SSL

4.5. LOTE 02– Item 3 – GBIC 1 Gb BASE-T

- 4.5.1. Deve ser do mesmo fabricante do switch de CORE;
- 4.5.2. Deve possuir conector RJ-45;
- 4.5.3. Deve permitir a conexão de equipamentos a uma velocidade de 1 Gbps Full-duplex.

4.6. LOTE 02– Item 4 - GBIC 10 Gb SFP+ BASE-LR

- 4.6.1. Deve ser do mesmo fabricante do switch de CORE;
- 4.6.2. Deve ser compatível com fibra monomodo com núcleo de 1310 nm;
- 4.6.3. Deve suportar 10 (dez) Km de distância;
- 4.6.4. Deve possuir conector LC.

4.7. LOTE 02– Item 5 – Cabo de Cobre 10Gb SFP+ DAC 7M

- 4.7.1. Deve ser do mesmo fabricante do switch de CORE;
- 4.7.2. Deve possuir cabo UTP Cat6 com 7 metros de comprimento;
- 4.7.3. Deve possuir conectores 10 Gb SFP+ nas duas pontas do cabo.

4.8. LOTE 02– Item 6 – Cabo de Cobre 40Gb QSFP+ DAC 1M

- 4.8.1. Deve ser do mesmo fabricante do switch de CORE;
- 4.8.2. Deve possuir cabo UTP Cat6 com 1 metro de comprimento;
- 4.8.3. Deve possuir conectores 40 Gb QSFP+ nas duas pontas do cabo.

4.9. LOTE 02– Item 7 – Cabo de Cobre 40Gb QSFP+ DAC 7M

- 4.9.1. Deve ser do mesmo fabricante do switch de CORE;
- 4.9.2. Deve possuir cabo UTP Cat6 com 7 metros de comprimento;
- 4.9.3. Deve possuir conectores 40 Gb QSFP+ nas duas pontas do cabo.

4.10. LOTE 02– Item 8 – Software de Gerenciamento de Performance da Rede

- 4.10.1. O Software de Gerenciamento de Performance da Rede deverá ser do mesmo fabricante do switch de CORE;

- 4.10.2. A solução deve suportar aplicação e sistema de monitoramento de desempenho de redes com múltiplos fabricantes, múltiplas tecnologias, e multi-tenant para rede heterogenia;
- 4.10.3. O software deve realizar o monitoramento proativo, mostrando o funcionamento da rede e das aplicações em tempo real;
- 4.10.4. O software deve realizar o monitoramento de roteadores, switches, dispositivos Frame Relay e ATM, redes sem fio e firewalls;
- 4.10.5. O software deve realizar o monitoramento de servidores, máquinas virtuais e bridges SAN;
- 4.10.6. Deve suportar e monitorar VMWare, Citrix, XenServer e XenApps;
- 4.10.7. O software deve realizar o monitoramento de aplicações, tanto de desktops, quanto de servidores. Para desktops, deve monitorar Windows XP, Windows 7, Windows Server 2003 e 2008; para servidores, deve monitorar Windows Server 2003 e 2008, Linux SUSE e RedHat, Solaris;
- 4.10.8. Deve monitorar probes, bulk-collectors e dispositivos em geral que utilizam SNMP;
- 4.10.9. O software deve monitorar Voz sobre IP, Telefonia IP e Contact Center; deve analisar o funcionamento de PABX IP e telefones IP;
- 4.10.10. O software deve trabalhar com todos os equipamentos e tecnologias atuais disponíveis na solicitante, de acordo com a lista acima;
- 4.10.11. Deve possuir além de uma interface GUI, uma interface tipo WEB e também tela de comandos de linha;
- 4.10.12. A mesma interface WEB deve mostrar informações da rede e aplicações;
- 4.10.13. Deve ser possível se conectar ao software através de dispositivo móvel e acessar as seguintes informações: sumário do gráfico de calor da rede, sumários dos domínios da rede, página de operações da rede, VMWare, gráficos de recursos detalhados, tela com recursos de VoIP, alarmes em tempo real, paths e topologias em 2D/3D;
- 4.10.14. Deve possuir funcionalidades do tipo 'cold stand-by'; onde os servidores deverão copiar o banco de dados da máquina principal para a secundária;
- 4.10.15. O software deve suportar análise de desempenho de dispositivos de Data Center, como servidores e hypervisor;
- 4.10.16. Deve ser capaz de garantir a disponibilidade das informações e a qualidade das mesmas através de interfaces gráficas com diferentes níveis de administração;
- 4.10.17. Deve oferecer capacidade de relatórios personalizáveis para dados de Aplicação e Rede;
- 4.10.18. A solução deve suportar que o relatório seja enviado por email, ou salvo, ou exportado nos formatos HTML, PDF e CSV;
- 4.10.19. A solução deve permitir a criação de relatórios de planejamento;
- 4.10.20. A solução deve oferecer monitoramento de transações de aplicações;
- 4.10.21. A solução deve prover um assistente de configuração para criação de relatório;
- 4.10.22. A solução deve oferecer monitoramento de comportamento para reconhecer padrões incomuns de atividade dentro da rede;

- 4.10.23. A solução deve prover informação de experiência de usuário por monitorar as transações de aplicações do desktop do usuário;
- 4.10.24. A solução deve oferecer uma visão geral do sumário da aplicação fornecendo informação de desempenho dos dados;
- 4.10.25. O sistema deve utilizar um índice de qualidade, em porcentagem, que diminui de acordo com problemas de desempenho da rede;
- 4.10.26. A solução deverá gerar eventos quando variáveis são violadas, incluindo:
 - 4.10.26.1. Falha de conexão;
 - 4.10.26.2. Sevidor sobrecarregado;
 - 4.10.26.3. Tempo longo de transação;
 - 4.10.26.4. Baixo throughput;
 - 4.10.26.5. Retrasmição de aplicação.
- 4.10.27. A solução deve oferecer alertas e informações sobre o nível da aplicação;
- 4.10.28. A solução deve oferecer alertas e estatísticas sobre o nível da rede;
- 4.10.29. A solução deve fornecer relatórios pré-definidos e alertas de resumo/detalhe de informação baseados em domínio;
- 4.10.30. A solução deve oferecer que o administrador veja rapidamente os problemas ocorridos no passado consultando um histórico de desempenho de dados em várias janelas de tempo, geradas:
 - 4.10.30.1. No minuto;
 - 4.10.30.2. Agregadamente;
 - 4.10.30.3. De hora em hora;
 - 4.10.30.4. Diariamente;
 - 4.10.30.5. Semanalmente;
 - 4.10.30.6. Mensalmente.
- 4.10.31. A solução deve oferecer relatório de tendências para apresentar a utilização atual da rede customizáveis e de projetos para utilização de capacidade futura baseado na tendência de desempenho de dados;
- 4.10.32. A solução deve oferecer um assistente de configuração que cria relatórios incluindo formato, campo, definição, métricas e restrição;
- 4.10.33. A solução deve permitir a criação de relatórios customizados através de um assistente de configuração com acesso a todos os dados coletados pelo sistema;
- 4.10.34. Deve suportar a identificação de aplicações baseadas em combinações de Porta, endereço IP, e aplicações específicas;
- 4.10.35. A solução deve permitir que o administrador configure aplicações adicionais para fluxos desconhecidos que são agregados a uma categoria desconhecida;
- 4.10.36. A solução deve oferecer relatório que inclua disponibilidade, perda de pacote, RTT da rede, tempo de transação, throughput da aplicação, tempo do cliente, tempo da rede e tempo do servidor;
- 4.10.37. Deve prover relatório com capacidades detalhado por aplicação como: DNS, FTP e WEB;

- 4.10.38. A solução deve suportar que os dados de identificação de influência na aplicação sejam exibidos em todos os níveis da rede, ou por domínio ou por usuário;
- 4.10.39. A solução deve incluir relatórios de capacity planning com tendências. Pode ser usado para fornecer informação de tendências baseado em dados coletados;
- 4.10.40. A solução deve oferecer os seguintes relatórios:
 - 4.10.40.1. Overview da rede;
 - 4.10.40.2. Overview da aplicação;
 - 4.10.40.3. Heat Charts;
 - 4.10.40.4. Detalhado por Network Resource Metrics;
 - 4.10.40.5. Relatório de Comparação de Aplicação;
 - 4.10.40.6. Resumo/comparação de rede;
 - 4.10.40.7. Resumo/comparação de roteador;
 - 4.10.40.8. Resumo/comparação de WAN;
 - 4.10.40.9. Resumo/comparação de LAN;
 - 4.10.40.10. Resumo/comparação de Servidor;
 - 4.10.40.11. Resumo/comparação de VoIP;
 - 4.10.40.12. Resumo/comparação de Wireless;
 - 4.10.40.13. Relatório Capacity Planning;
- 4.10.41. A solução deve apresentar alertas e alarmes por instância;
- 4.10.42. A solução deve suportar que a aplicação acesse os dados de alarme para gerar relatórios customizados;
- 4.10.43. A solução deve permitir que alarmes sejam configurados para gerar traps ou mensagens de email para pessoas específicas;
- 4.10.44. A solução deve oferecer configurações default com chaves métricas e thresholds default para permitir a resolução de problemas efetiva assim que a aplicação é instalada;
- 4.10.45. A solução deve oferecer análise de problemas por monitoramento via SNMP;
- 4.10.46. A solução deve permitir o gerenciamento com a utilização de WMI (Windows Management Instrumentation);
- 4.10.47. Deve suportar SNMPv3 MIBs para software de outros fabricantes;
- 4.10.48. Deve suportar o monitoramento de desempenho de servidores Windows oferecendo as seguintes informações:
- 4.10.49. SNMP com HostMIB genérica: CPU (pico e média), disco, memória e status da rede;
- 4.10.50. Do Servidor: CPU, memória, page file e espaço em disco;
- 4.10.51. Informações de Processo: uso de CPU, uso de memória, pico de uso de memória, uso de memória virtual, número de handles, número de threads, número de instâncias, métricas SQL, métricas Exchange, Windows Process Data e monitoramento de IIS;
- 4.10.52. Deve suportar o monitoramento de desempenho de servidores Unix/Linux oferecendo as seguintes informações:
- 4.10.53. SNMP com HostMIB genérica: CPU (pico e média), disco e status da rede;

- 4.10.54. NET-SNMP: datagramas de erros/descarte/não reconhecidos, estatísticas de disco (total KB, utilização), memória (uso médio, swap, buffer, cached), processos (mínimo, máximo, corrente, tempo de CPU, memória usada), sistema (swap, IO average CPU, tempo de CPU, pico de CPU), carga do sistema (média e pico);
- 4.10.55. System Application MIB (SNMP Research CIAgent): acompanhamento de CPU e memória por aplicação instalada;
- 4.10.56. SUN: Sun host disk, servidor Sun, Sun Solaris;
- 4.10.57. RDBMS MIB Support (Oracle, PostgreSQL);
- 4.10.58. Serviços WEB: Apache;
- 4.10.59. Deve analisar a desempenho das aplicações por usuário verificando as seguintes funcionalidades: Web Get URL, SMTP Echo, POP3 Echo, DNS Resolve, App TCP Echo, Database Query.
- 4.10.60. Deve monitorar o sistema Hypervisor ESXi, mostrando as seguintes informações de cada máquina virtual: VMWare host collector (monitoramento do VMWare ESXi 4.0 ou superior), host interface collector, virtual machine collector (incluindo CPU, disco e status de rede);
- 4.10.61. A análise da desempenho por usuário pode ser baseada num agente (software cliente) a ser instalado em cada computador;
- 4.10.62. Deve mostrar a utilização on-line de endereços distribuídos dinamicamente com as respectivas taxas de ocupação das faixas;
- 4.10.63. A solução deve oferecer uma visão histórica de alarmes e dados de desempenho, bem como displays gráficos com caminhos e mapas para mostrar como o problema evolui ao longo do tempo;
- 4.10.64. A solução deve prover métodos para capturar transações complexas e as monitorar, bem com gerar transações sintéticas;
- 4.10.65. Para análise de VoIP, a solução deve oferecer processamento de CDRs, gerar chamadas sintéticas de VoIP, estabelecer limites e alertas para métricas VoIP, definir parâmetros para cálculo de MOS e produzir relatórios customizados;
- 4.10.66. A solução deve suportar que pacotes VoIP sejam coletados e representados em diferentes níveis de detalhes, incluindo por telefone IP e por PABX e fatores como MOS, perda de pacotes, jitter, e delay;
- 4.10.67. A solução deve incluir configurações para monitorar QoS do VoIP, coletar e analisar Call Detail Records de diversos fabricantes, suportar RTCP-XR e SIP;
- 4.10.68. Deve incluir uma tela gráfica (dashboard) exclusiva para Voz sobre IP que contenha gráficos e tabelas sobre a performance da voz na rede IP;
- 4.10.69. Para análise de tráfego de wireless LAN, a solução deve suportar coleta de dados de vários dispositivos de rede com múltiplos fabricantes para prover relatórios resumidos, relatórios detalhados, relatórios em tempo-real para análise de erros com alertas e relatórios customizados;
- 4.10.70. A solução deve suportar análise de aplicações desenvolvidas pelo cliente;
- 4.10.71. A solução deve agregar dados (de hora em hora, diariamente, semanalmente e mensalmente) que é armazenada durante um ano por default e é configurável;

- 4.10.72. A solução deve suportar níveis de logins para administradores e usuários que possuem diferentes níveis de permissão e que dependem do domínio ao qual são designados;
- 4.10.73. A solução deve se integrar com o Active Directory para autenticação de grupo e usuário;
- 4.10.74. A solução deve permitir que todas as permissões sejam baseadas em Domínio;
- 4.10.75. A solução deve suportar a coleta de dados de vários dispositivos e aplicações da rede usando diferentes meios;
- 4.10.76. A solução deve suportar as seguintes estruturas de domínio para monitoramento e criação de relatórios:
 - 4.10.76.1. Localização;
 - 4.10.76.2. Tecnologia;
 - 4.10.76.3. Negócio;
 - Faixa de IPs
 - Tipo de aplicação;
- 4.10.77. A solução deve oferecer visão do Mapa topológico para entender o impacto de diferentes dispositivos e recursos na rede;
- 4.10.78. A solução deve prover relatórios agendados;
- 4.10.79. A solução deve permitir que cada Perfil de Usuário seja ligado a um Domínio e acesso a pagina GUI;
- 4.10.80. A solução deve suportar a coleta de dados SNMP em um nível de segundos para ajudar a monitorar o sistema em tempo real;
- 4.10.81. Deve executar Gerenciamento Reativo com Modulo SNMP e Syslog login;
- 4.10.82. A solução deve incluir Alta-Capacidade de coletores LAN e WAN o qual suportam contadores de 64 bits;
- 4.10.83. A solução deve suportar aplicações HTTP/HTTPS e aplicações baseadas em web que incluem:
 - 4.10.83.1. DNS;
 - 4.10.83.2. Email;
 - 4.10.83.3. Serviço de arquivo e impressão;
 - 4.10.83.4. Software de base de dados;
 - 4.10.83.5. LDAP;
 - 4.10.83.6. VPN;
- 4.10.84. A solução deve suportar a habilidade de definir módulos para aplicações customizadas;
 - 4.10.84.1. A solução deve suportar as seguintes APIs:Discovery;
 - 4.10.84.2. Definição de domínio;
 - 4.10.84.3. Designar acesso a páginas GUI de um sistema remoto;
- 4.10.85. A solução deve incluir fonte de coletores de dados bulk incluindo FTP, XML, ODBC, etc;
- 4.10.86. A solução deve suportar que gerentes de rede de empresa possam adicionar seus próprios MIBs a serem coletados;
- 4.10.87. A solução deve oferecer um tempo de coleta configurável entre 1 e 60 minutos;
- 4.10.88. A solução deve suportar que intervalos de coleta possam ser configurados de forma diferente para cada tipo de recurso como interfaces LAN, CPU, Memória, resposta de Ping, etc;

- 4.10.89. A solução deve possuir mecanismo de monitoramento quando um dispositivo não responder a solicitação de coleta;
- 4.10.90. Se múltiplos servidores estão sendo usados para coleta, a solução deve suportar que um servidor seja usado para todo o trabalho de relatório e administração;
- 4.10.91. A solução deve suportar coleta de latência RTP, RTP Jitter, e RTP Packet Loss;
- 4.10.92. A solução deve suportar coletores de QoS que incluem Classmap, Match Statement, Police, Queuing, Traffic Shapping e RED;
- 4.10.93. A solução deve suportar que filas de QoS sejam nomeadas;
- 4.10.94. A solução deve oferecer suporte para monitoramento IPSLA;
- 4.10.95. A solução deve suportar os seguintes tipos de operações IPSLA:
 - 4.10.95.1. UDP;
 - 4.10.95.2. TCP;
 - 4.10.95.3. Ping;
 - 4.10.95.4. HTTP;
 - 4.10.95.5. Jitter;
 - 4.10.95.6. DHCP;
 - 4.10.95.7. DNS;
 - 4.10.95.8. DLSw;
 - 4.10.95.9. FTP;
 - 4.10.95.10. VoIP Jltter.
- 4.10.96. A solução deve permitir que se configure operações IPSLA via GUI;
- 4.10.97. A solução deve suportar a descoberta e coleta automática das estatísticas de roteadores que estão rodando IPSLA;
- 4.10.98. A solução deve suportar coleta de dados Netflow e SFlow;
- 4.10.99. A solução deve definir aplicações via:
 - 4.10.99.1. Tipo (TCP ou UDP);
 - 4.10.99.2. Porta;
 - 4.10.99.3. Endereço IP.
- 4.10.100. A solução deve incluir um conjunto de relatórios preparados para regras diferentes, que incluem:
 - 4.10.100.1. Executivo;
 - 4.10.100.2. Operador de Rede;
 - 4.10.100.3. Network Capacity Planner;
- 4.10.101. A solução deve suportar interface Web 2.0 oferecendo as seguintes funções:
 - 4.10.101.1. Workflow;
 - 4.10.101.2. Seleção de Dominio;
 - 4.10.101.3. Filtro automático para lista de dispositivos, lista de domínios ;
 - 4.10.101.4. Paginas de dispositivos de rede;
- 4.10.102. Gráficos:

- 4.10.102.1. Zoom;
- 4.10.102.2. Escala de tempo para slides para trás/frente;
- 4.10.102.3. Mostra/esconde dados;
- 4.10.102.4. Passe o mouse sobre para ver os valores exatos de medição;
- 4.10.102.5. Passe o mouse sobre a tela para selecionar um gráfico de KPIs específicos;
- 4.10.102.6. Gráficos em 2D e 3D para camadas 2 e 3;
- 4.10.102.7. Mínimo de 35 dias de dados horários disponíveis em um único gráfico;
- 4.10.102.8. Tabelas:
 - 4.10.102.8.1.** Objetos individuais de tabela com controles completos de cada tipo de recurso;
 - 4.10.102.8.2.** Controles de rolagem, classificação, filtragem para cada mesa;
 - 4.10.102.8.3.** Controles de paginação;
 - 4.10.102.8.4.** Arrastar ou soltar colunas para reordenar tabelas;
 - 4.10.102.8.5.** Mostrar ou esconder coluna de dados via apontar e clicar;
- 4.10.103. A topologia deve permitir a visualização de equipamentos na camada 2, camada 3, MPLS, virtualização, VoIP;
- 4.10.104. A topologia deve conter o recurso de filtro por IP, alarmes e tipos de objeto;
- 4.10.105. A topologia deve permitir o movimento de mapas e objetos, mudança no ângulo de visualização, mostrar/esconder legendas e zoom in e out;
- 4.10.106. A solução deve suportar IPv6, que inclui:
 - 4.10.106.1. Descoberta e monitoramento de dispositivo IPv6;
 - 4.10.106.2. Plataforma IPv6 para os servidores da aplicação;
 - 4.10.106.3. Redes IPv4/IPv6 híbridas;
 - 4.10.106.4. Relatórios em endereços IPv6;
 - 4.10.106.5. Traps para servidores IPv4 e IPv6;
- 4.10.107. O software deve mostrar dados de desempenho VMWare, incluindo:
 - 4.10.107.1. Nível de sumário;
 - 4.10.107.2. Nível Drill-Down.
- 4.10.108. A solução deve suportar que relatórios sejam enviados e distribuídos via e-mail;
- 4.10.109. A solução deve suportar que múltiplas interfaces e dispositivos sejam incluídos em um mesmo relatório;
- 4.10.110. A solução deve suportar que escala de gráfico seja facilmente ajustada pelo usuário para uma visão mais fácil;
- 4.10.111. A solução deve suportar que gráficos sejam exportados em formato PDF ou Microsoft-Excel;
- 4.10.112. A solução deve suportar diferentes estatísticas para uma interface particular sejam exibidas na mesma página de diversos modos;
- 4.10.113. A solução deve suportar que as múltiplas interfaces que fazem um port channel sejam agrupadas de vários jeitos e incluídas em um relatório customizado;
- 4.10.114. A solução deve oferecer que se um dispositivo é adicionado a um grupo de negócios, esse pode ser automaticamente adicionado a todos os relatórios daquele grupo de negócios;

- 4.10.115. Para um grupo de negócio específico, a solução deve suportar que um gráfico seja gerado e que mostre a média para uma métrica específica, através de todo o grupo;
- 4.10.116. A solução deve suportar que telas gráficas sejam criadas para uma linha de negócios ou para um grupo específico de dispositivos;
- 4.10.117. A solução deve permitir que várias métricas de desempenho sejam personalizadas;
- 4.10.118. A solução deve suportar a capacidade de dar maior peso a fatores específicos;
- 4.10.119. A solução deve permitir que usuários possam atualizar as telas gráficas com o pressionar de um botão;
- 4.10.120. A solução deve permitir que usuários possam ver o que apareceu na tela gráfica no passado;
- 4.10.121. A solução deve gerar alertas baseados em threshold estático, dinâmico e combinados;
- 4.10.122. A solução deve oferecer a possibilidade de gerar alertas quando uma métrica cai abaixo de um valor especificado;
- 4.10.123. A solução deve incluir vários métodos para temporariamente desligar alertas;
- 4.10.124. A solução deve suportar que alertas sejam gerados quando um dispositivo não é mais acessível pelo método de coleta de dados;
- 4.10.125. A solução deve suportar que alarmes sejam configurados para gerar email, ou um trap para enviar a outro administrador ou gerar uma mensagem para remediação;
- 4.10.126. O gerenciamento de traps deve estar incluso no pacote do software;
- 4.10.127. A solução deve suportar integração com qualquer sistema que aceite trap SNMP;
- 4.10.128. O software deve conter traps pré-definidos, permitir a criação de eventos definidos pelo usuário e suportar IPv4/IPv6;
- 4.10.129. A solução deve suportar que todas as métricas sejam usadas para alertas, incluindo de coletores customizados;
- 4.10.130. A solução deve possuir sistema de autenticação;
- 4.10.131. A solução deve oferecer um recurso de multi-nível de domínios, que faz com que usuários individuais e até mesmo administradores possam ser restringidos a domínios específicos;
- 4.10.132. A solução deve permitir que certos dados sejam excluídos de agregação;
- 4.10.133. A solução deve permitir que diferentes tipos de coletores sejam relacionados a estatísticas diferentes e inclua média e valores de pico;
- 4.10.134. A solução deve incluir capacidade de cálculos de até 95% em tipos de recursos selecionados;
- 4.10.135. A solução deve permitir que um dispositivo possa ser membro de múltiplos grupos, mesmo quando um grupo não é um subgrupo de outro;
- 4.10.136. A solução deve permitir que grupos sejam agrupados hierarquicamente;
- 4.10.137. A solução deve suportar múltiplos strings de comunidade SNMP ao mesmo tempo;
- 4.10.138. A solução deve permitir que um dispositivo seja descoberto através da função de autodescobrimento;
- 4.10.139. A solução deve incluir uma API para aceitar entradas de outro sistema;
- 4.10.140. A solução deve permitir que antes de adicionar dispositivos através da descoberta de redes, um conjunto de regras possa ser definido para organizar automaticamente um grupo de dispositivos;

- 4.10.141. A solução deve possuir um API que permite acesso a uma variedade de itens de configuração no banco de dados;
- 4.10.142. Deve suportar múltiplas plataformas de Hardware;
- 4.10.143. A solução deve rodar em máquinas virtuais VMware;
- 4.10.144. A solução deve rodar em ambientes SAN onde a aplicação aparece como apenas outro dispositivo no servidor;
- 4.10.145. O software deve ser do mesmo fabricante dos switches Core;
- 4.10.146. Deve suportar os seguintes sistemas operacionais:
 - 4.10.146.1. RedHat Linux 5.5 com banco de dados Oracle 11.gR2;
 - 4.10.146.2. Windows Server 2008 R2 64-bit com banco de dados SQL Server 2008 R2 64-bit;
- 4.10.147. Deve suportar as seguintes plataformas de aplicação:
 - 4.10.147.1. Windows XP, Windows 7, Windows Server 2003 e 2008;
 - 4.10.147.2. Linux SUSE e RedHat;
 - 4.10.147.3. Solaris;
- 4.10.148. Deve suportar os seguintes web browsers:
 - 4.10.148.1. Microsoft Internet Explorer na versão 7 ou superior;
 - 4.10.148.2. Firefox 10.0;
 - 4.10.148.3. Safari (para gerenciamento em dispositivo móvel);
- 4.10.149. A solução deve ser licenciada com base em RTUs (Right-To-Use);
- 4.10.150. A solução deve suportar o monitoramento de no mínimo:
 - 4.10.150.1. 04 (quatro) switches Core;
 - 4.10.150.2. 15 (quinze) servidores físicos;
 - 4.10.150.3. 18 (dezoito) hosts VMware ESX;
 - 4.10.150.4. 150 (cento e cinquenta) máquinas virtuais VMWare;
 - 4.10.150.5. 04 (quatro) storages;
 - 4.10.150.6. 08 (oito) switches SAN
 - 4.10.150.7. 200 (duzentos) switches de acesso
 - 4.10.150.8. 2000 (duas mil) estações de trabalho
 - 4.10.150.9. 150 (cento e cinquenta) roteadores
- 4.10.151. A solução deve conter inicialmente as licenças para monitoramento dos ativos citados abaixo:
 - 4.10.151.1. 04 (quatro) switches de Core
 - 4.10.151.2. 08 (oito) hosts VMware ESX
 - 4.10.151.3. 10 (dez) servidores virtuais VMware
- 4.10.152. O software deve permitir expansões futuras, tanto de dispositivos, quanto aplicações;
- 4.10.153. A solução deve permitir atualizações futuras sem a necessidade de se adquirir um novo servidor base;
- 4.10.154. A solução incluindo hardware e software deve se basear em ambiente Windows;
- 4.10.155. O hardware deve suportar até 1000 dispositivos de rede, 35 usuários simultâneos, 45 relatórios agendados e 15 relatórios simultâneos.

4.10.156. A PROPONENTE deverá possuir equipe treinada na solução ofertada local para executar as atividades de instalação, integração, suporte e operação assistida.

4.11. LOTE 02– Item 09 – Pacote com 40 horas de Consultoria

- 4.11.1. Pacote com 40(quarenta) horas de consultoria, abrangendo instalação e configuração dos produtos do LOTE 02 descrito neste termo de referência, suporte de 2º nível para resolução de problemas e dúvidas no que se refere a solução, análise e revisões da solução e treinamento nos produtos ofertados. As horas serão utilizadas sob demanda, de acordo com a necessidade do BANPARA. As horas deverão ser utilizadas dentro do período de 12 meses após a assinatura do contrato.
- 4.11.2. Os atendimentos serão executados de forma presencial, sendo contabilizados em termos de homem/horas de consultoria, de forma individual para cada profissional alocado.
- 4.11.3. Será pago em 01(uma) parcela única, no momento da contratação;
- 4.11.4. Os atendimentos deverão ser executados dentro do horário compreendido entre 8 e 18 h, de segunda-feira à sexta-feira, excluindo-se feriados nacionais ou locais. Para os atendimentos executados fora deste horário, as horas utilizadas serão contabilizadas em dobro.
- 4.11.5. Ao termino de cada atendimento a CONTRATADA deverá gerar relatório descrevendo as atividades realizadas e o tempo gasto para tal, este relatório deve ser aprovado pelo BANPARA. A CONTRATADA deverá manter e apresentar mensalmente planilha contendo todos os atendimentos do mês e as horas efetivamente realizadas até a data presente, contabilizando o tempo total consumido e apresentando o saldo de horas restante referente ao contrato.

4.12. LOTE 03 - Unidades de Virtualização com Proteção de Dados Contínua

- 4.12.1. A solução de virtualização entregue pela LICITANTE, deve:
 - 4.12.1.1. Permitir a virtualização de subsistemas de armazenamento, criando uma camada de abstração entre os servidores e subsistemas de armazenamento. A solução em questão deverá suportar de forma integrada a tecnologia de replicação local CDP (Continuous Data Protection) que permite a rápida recuperação dos sistemas especialmente em casos de falhas lógicas;
 - 4.12.1.2. Estar licenciada para utilização de 40TB em cada um dos sites.
 - 4.12.1.3. Suportar subsistemas de armazenamento Fibre Channel, compartilhados através de uma rede SAN, garantindo no mínimo a compatibilidade a subsistemas dos seguintes fabricantes:
 1. IBM V7000
 2. HP EVA6100
 - 4.12.1.4. Ser capaz de apresentar aos servidores, volumes (LUNs) virtuais, construídos com base em LUNs disponíveis nos subsistemas virtualizados, permitindo a utilização das seguintes relações de equivalência:

1. Relação 1:1 (um para um) Um volume virtual armazenado em um volume (LUN) real em subsistema de armazenamento virtualizado;
 2. Relação 1:N (uma para vários) Um volume virtual armazenado em vários volumes (LUNs) reais, dispersos entre vários subsistemas ou não, à critério do administrador da solução; e
 3. Relação N:1 (vários para um) Vários volumes virtuais armazenados em um único volume (LUN) real em subsistema de armazenamento virtualizado;
- 4.12.1.5. Permitir a virtualização e desvirtualização de volumes parcialmente ou totalmente preenchidos, utilizando a relação 1:1 (um para um), sem perda de dados e sem alteração do conteúdo ou inserção de meta dados:
1. Este procedimento deverá garantir que o volume preenchido, em situação de desvirtualização, possa voltar a ser utilizado pelo servidor apenas com o ajuste de zoning, mapping, masking e com o rescan de volumes disponíveis; e
 2. Caso seja necessária a utilização de software/módulo de migração de dados para atender este requisito, este deverá ser licenciado para a capacidade máxima suportada pela solução, e deverá ser ofertada capacidade de armazenamento adicional, interna a solução de virtualização, em capacidade de armazenamento equivalente ao maior volume virtual suportado pela solução;
- 4.12.1.6. Considerar uma área de virtualização de no mínimo dois terços do espaço líquido disponível para utilização;
- 4.12.1.7. Garantir as expansões futuras da área virtualizada através de simples adição de licenças, sem alteração no modelo ofertado e sem adição de componentes de hardware a solução;
- 4.12.1.8. Operar em regime de instância única entre todas as controladoras da solução. Não são aceitas soluções que segregam o uso das controladoras por capacidade, por servidor cliente, por volume, por grupos de I/O ou qualquer outro mecanismo similar;
- 4.12.1.9. Suportar, até 16.000 (dezesesseis mil) volumes virtuais considerando a soma dos volumes criados localmente por site ou 8.000 (oito mil) volumes replicados entre os 2 sites operando no modo ativo-ativo;
- 4.12.1.10. Possuir no mínimo 4 controladoras, distribuídas igualmente entre DataCenters, garantindo a escalabilidade e disponibilidade da solução de virtualização com opção de crescimento de até 16 controladoras distribuídas em 2 sites e operando como uma instancia unica de virtualização;
- 4.12.1.11. Possuir no mínimo 144 GB de memória cache, distribuída para quatro controladoras;
- 4.12.1.12. Possuir memória cache com mecanismo de proteção por bateria e destage de dados, garantindo a preservação dos dados em situação de desastre;
- 4.12.1.12.1. 1. Como destino do mecanismo de destage devem ser utilizados discos SSD (Solid State disk), internos do virtualizador, sendo no mínimo 1 disco SSD por controladora.

- 4.12.1.13. Possuir no mínimo 40 portas Fibre Channel, cada uma operando a 8Gbps, sendo no mínimo 16 (dezesesseis) portas para comunicação de front-end (acesso aos hosts), 16 (dezesesseis) portas para comunicação de back-end (acesso aos subsistemas de armazenamento virtualizados) e 8 (oito) (dezesesseis) portas para replicação remota de volumes virtuais entre sites considerando os recursos de hardware disponíveis nas controladoras distribuídas em 2 sites distintos.
- 4.12.1.14. Suportar taxa mínima de transferência de dados de 360.000 IOPS na sua configuração inicial com projeção de crescimento para 1.000.000 IOPS, conforme a;
- 4.12.1.15. Permitir o estabelecimento de réplica local (RAID-1) de volumes virtuais;
- 4.12.1.16. Permitir o estabelecimento de réplica remota (RAID-1) de volumes virtuais de maneira síncrona;
- 4.12.1.17. Para os casos de réplicas remotas, a solução de virtualização, na configuração inicial e máxima, deve permitir a interconexão da solução à equipamento idêntico instalado em site remoto, em distância aproximada de 6KM com latência de até 5ms. Para isso a solução, deve:
1. Replicar automaticamente e garantir a integridade dos dados armazenados em ambos os sites; e
 2. Permitir, via mecanismo de réplica remota, a criação de no mínimo 1024 grupos de consistência, com até 1000 membros por grupo. Garantindo a consistência no tempo entre os volumes virtuais replicados em caso de falha de replicação.
- 4.12.1.18. Possuir as seguintes características para os casos de falha de um dos subsistemas de armazenamento virtualizados, no site primário:
1. Neste caso, deve permitir o acesso ao volume de réplica local de maneira transparente para o servidor de aplicação, sem qualquer interrupção de I/O;
 2. Caso não exista volume de réplica local, permitir o acesso à réplica remota de maneira automatizada e sem qualquer interrupção de I/O; e
 3. Manter log de alterações realizadas para garantir o restabelecimento da réplica sem a necessidade de realização de nova cópia total de dados entre volumes;
- 4.12.1.19. Possuir as seguintes características para os casos de falha de comunicação entre sites:
1. Neste caso, possuir definição de regra de continuidade de operação por grupo de consistência, permitindo que o administrador defina que grupo de consistência deve continuar ativo em que site e quais devem ter suas operações suspensas em que site evitando situação de “split brain”;
 2. Suportar o recurso de “Nó Arbitrário ou Votante” que permita a escolha automática do site de produção sem a necessidade de intervenção manual evitando a situação de “split brain”;
 3. Permitir ainda a retomada forçada de operação em volume virtual que teve por força de aplicação de regra de continuidade suas operações suspensas; e

4. Quando da retomada da comunicação, retomar automaticamente o processo de proteção da informação, restabelecendo as réplicas. Volumes virtuais em conflito, dado retomada forçada de I/Os, devem permanecer sem retomada de replicação até que o administrador indique qual volume deve ser preservado.

4.12.1.20. Possuir as seguintes características para os casos de alteração de papéis em nós de clusters de servidores distribuídos:

1. Detectar a promoção para ativo de nó local ou remoto do cluster de servidores e permitir o acesso ativo para o volume virtual sem qualquer interrupção de I/Os.

Possuir características garantidas para os ambientes clusterizados, no mínimo:

1. Microsoft Cluster MSCS;
2. Oracle 10g e superior, RAC e ASM;
3. IBM HACMP e HACMP/XD;
4. VMware vSphere 5;
5. OracleVM;
6. AIX 5.3 e superiores;
7. RedHat Cluster Suite;

4.12.1.21. Ser uma solução do tipo "ativo-ativo" com acesso simultâneo (Leituras e Escritas) ao mesmo volume virtual por 2 ou mais servidores que estão fisicamente instalados em sites geograficamente distintos; e

4.12.1.22. Garantir a funcionalidade do acesso "ativo-ativo" através de mecanismos de coerência entre as tabelas de cache presentes nas controladoras local e remota, visando garantir a integridade e controle de locking no acesso de leitura e escrita simultâneo para o mesmo volume virtual independente da localização física, permitindo que seja possível a utilização integral dos recursos de armazenamento em ambos os sites.

4.12.2. Proteção de Dados Contínua:

4.12.2.1. Deverá permitir a replicação de dados na modalidade de proteção contínua (CDP) integrado a camada de virtualização de armazenamento;

4.12.2.2. Deverá possuir recurso de replicação de volumes FC;

4.12.2.3. Possuir arquitetura baseada em appliances configurados em cluster possuindo as seguintes funcionalidades:

4.12.2.4. Suportar a utilização de até 8 nós por site.

4.12.2.5. Ter a capacidade de operar em cluster de tamanho arbitrário, entre 2 a 8 nós, com balanceamento de carga entre todos os nós da solução e possibilidade de que uma determinada aplicação possa utilizar diferentes appliances simultaneamente para realizar a proteção contínua dos dados dos volumes de produção;

4.12.2.6. Permitir a adição de nós ao cluster sem parada nas atividades de replicação.

- 4.12.2.7. Possuir e suportar os protocolos FC (Fibre Channel) para replicação local dos dados;
- 4.12.2.8. Deverá possuir mecanismo de “journaling” ou geração de imagens automáticas sem necessidade de agendamento, possibilitando o armazenamento e acompanhamento das instruções de I/O de escrita para um volume de produção ao longo do tempo. Caso o equipamento ofertado não tenha essa funcionalidade, deverá ser capaz de fornecer 96 sessões ativas por volume, garantindo um total de 24 horas de snapshots considerando intervalos de 15 minutos entre os mesmos. Para acomodar essa funcionalidade o fornecedor deverá incluir a área em discos SAS adicional que deve suportar a capacidade requerida em TB para armazenar e reter os 96 snapshots por volume de produção.
- 4.12.2.9. Para implementação da funcionalidade de “journaling” ou geração de imagens automáticas deve ser implementada a funcionalidade de “I/O Split” embutido no código do sistema de virtualização de storage compatível com a solução, que consiste no processo de duplicação de cada escrita de um volume protegido e envio para o cluster responsável pelo processo de replicação;
- 4.12.2.10. Possuir capacidade de permitir acesso por outros servidores aos volumes replicados pelo processo de proteção contínua dos dados(CDP), para fins de testes ou verificação de integridade, sem que essas atividades impactem ou parem o processo de replicação.
- 4.12.2.11. Possuir suporte à proteção contínua dos dados(CDP) entre Subsistemas de Discos SAN (Storage Area Network) heterogêneos (Múltiplos vendedores).
- 4.12.2.12. Possuir sistema de gerenciamento centralizado que permita gerenciar todas as políticas de replicação em âmbito corporativo;
- 4.12.2.13. Permitir e implementar o gerenciamento através de interface gráfica (GUI - Graphical User Interface) ou CLI (Command Line Interface), para toda a solução;
- 4.12.2.14. Capacidade de apresentação por interface gráfica e por linha de comando, de estatísticas de funcionamento dos componentes e performance da solução de proteção contínua dos dados(CDP);
- 4.12.2.15. Permitir a atualização de updates sem necessidade de parada total do ambiente, ou seja, sem a parada total da Solução e seus serviços atendidos;
- 4.12.2.16. Requisitos de Autenticação:
 - 4.12.2.16.1. Deverá ser fornecido método para controle de autenticação que incluam:
 - 4.12.2.16.2. Autenticação com certificados X.509 e logins e senhas validados em diretório LDAP e integração com sistema AD (Active directory);
 - 4.12.2.16.3. Garantir que senhas utilizadas para autenticação dos usuários na solução atendam aos requisitos mínimos de complexidade (tamanho, regras de uso, e composição).
 - 4.12.2.16.4. A solução deverá gerar e disponibilizar registros/logs e relatórios de uso e acessos, contendo quantidades, resultados, usuários e/ou certificados expirados e/ou bloqueados.

4.12.3. Appliances para solução de replicação de dados:

- 4.12.3.1. Deverão ser ofertados no mínimo 02 (dois) appliances compatíveis com os recursos de replicação local CDP (Continuous Data Protection);
- 4.12.3.2. A garantia dos equipamentos bem como suporte direto do fabricante deverá ser de 5 anos , 24x7.

4.12.4. LOTE 03 – ITEM 2 Pacote com 40(quarenta) horas de consultoria

Abrangendo instalação e configuração dos produtos descrito neste termo de referência, suporte de 2º nível para resolução de problemas e dúvidas no que se refere a solução, análise e revisões da solução e treinamento nos produtos ofertados. Em virtude do ambiente dinâmico de infra-estrutura de TI, o BANPARA poderá solicitar da CONTRATADA, profissionais para suporte de 2º nível de outros produtos/serviços, seguindo as mesmas condições e exigências ora especificadas, desde que haja concordância da CONTRATADA, e esta apresente as certificações/credenciais que serão exigidas pelo BANPARA. As horas serão utilizadas sob demanda, de acordo com a necessidade do BANPARA. As horas deverão ser utilizadas dentro do período de 12 meses após a assinatura do contrato.

5. REQUISITOS EXIGIDOS AO LICITANTE

5.1. Para os LOTES 02 E 03:

- 5.1.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por instituições ou empresas de direito público ou privado no Brasil, impresso em papel timbrado (não serão aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais ou Internet), com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada;
- 5.1.2. Declaração do fabricante do produto ofertado, garantindo que a empresa revendedora ou parceira tem a capacidade técnica de fornecer, instalar e dar manutenção no mesmo;
- 5.1.3. O LICITANTE deverá prover um gerente de projeto para acompanhamento/gerenciamento da implantação da solução, sendo as horas utilizadas contabilizadas no banco de horas.
- 5.1.4. A comprovação do vínculo da equipe técnica com a LICITANTE dar-se-á mediante a apresentação da CTPS, contrato social ou contrato de prestação de serviços entre o profissional e a LICITANTE.
- 5.1.5. A licitante deverá apresentar na habilitação, declaração de vistoria técnica, em conformidade com o disciplinado neste Termo de Referência.
- 5.1.6. Da vistoria técnica:
 - 5.1.6.1. As empresas interessadas em participar do certame licitatório DEVERÃO realizar vistoria técnica nas instalações do Site da Municipalidade e Site da Presidente Vargas do CONTRATANTE;

- 5.1.6.2.** A visita tem por finalidade avaliar as condições das instalações e infraestrutura de TI do BANPARA, visando ter a extensão do que é pedido no objeto deste Termo de Referência, posto que somente a descrição técnica não se faz suficientemente clara para determinar as grandezas que serão envolvidas na solução e, conseqüentemente, assegurem que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do CONTRATANTE (Acórdão TCU nº 727/2009-Plenário);
- 5.1.6.3.** A vistoria poderá ser realizada, no horário das 09:00 às 17:00 horas, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto gerência de Suporte Técnico e Produção - GESUP, por meio dos (91) 3348-3075 ou diretamente no edifício da SUTEC, situado na Rua Municipalidade, 1036 – Umarizal;
- 5.1.6.4.** A vistoria deverá ser realizada por profissional legalmente habilitado da interessada e será acompanhada por representante do BANPARA. A declaração comprobatória da vistoria efetuada, que deverá ter sido elaborada com antecedência pelo licitante em conformidade com o modelo constante do ANEXO 01 deste Termo de Referência, será assinada por servidor do BANPARA;
- 5.1.6.5.** A comprovação de vistoria a que se refere o subitem anterior, deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, datada e assinada na presença do representante do BANPARA, designado para acompanhamento do procedimento.
- 5.1.7.** Com intuito de garantir a coesão e integração na execução dos serviços de instalação exigidos, não será aceito a criação de consórcio para atender os requisitos definidos. Apenas a própria CONTRATADA deverá executar estes serviços;
- 5.1.8.** Após a conclusão das atividades um relatório detalhando as atividades e configurações deverá ser entregue à equipe técnica do BANPARA no formato digital e em cópia impressa;
- 5.1.9.** Os serviços descritos deverão ser realizados pela LICITANTE, de modo que o tempo de parada dos servidores envolvidos seja mínimo. Qualquer eventual parada deverá ser acordada com a equipe técnica designada pelo BANPARA;
- 5.2. Para os LOTES 01, 02 e 03:**
- 5.2.1.** O LICITANTE deverá oferecer todos os itens do lote em que participar, sob pena de desclassificação;
- 5.2.2.** Todos os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e deverão estar em linha de produção do fabricante;
- 5.2.3.** Todos os itens fornecidos devem ser completamente compatíveis entre si.

- 5.2.4.** A CONTRATANTE poderá requerer a comprovação das características exigidas, independente da descrição da proposta, através de documentos cuja origem sejam exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (Uniform Resource Locator), ou por meio de declarações do fabricante. A não comprovação de alguma característica exigida, quando solicitada pela CONTRATANTE, fará com que a empresa não seja habilitada a participar do certame;
- 5.2.5.** Na proposta deverão ser informados todos os componentes exigidos neste termo com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante e part numbers), descrição e quantidades;
- 5.2.6.** A proposta deverá conter a descrição exata do objeto pedido neste Termo de Referência;
- 5.2.7.** A LICITANTE deverá apresentar declaração do respectivo fabricante comprovando ser uma revenda autorizada para a comercialização do(s) produto(s) oferecidos, objetos deste Termo de Referência em todo Território Nacional;
- 5.2.8.** No certame, o lote concorrido, será disputado pelo seu valor total, porém o licitante deverá destacar o valor unitário de cada item que o compõe;
- 5.2.9.** O licitante deverá apresentar em sua proposta uma tabela, de acordo com o modelo sugerido abaixo, descrevendo claramente o valor total do lote, que corresponde a soma dos valores totais de cada item do lote e respectivos valores unitários dos itens oferecidos:

LOTE 01 – Licenças de Software para Virtualização - VMware

Item	Descrição	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
1	Licença de VMWARE vSphere Enterprise Plus with Operations Management, com Suporte e Subscrição para 36 meses	20		
2	Licença de VMWARE vCenter Site Recovery Manager 5 Enterprise (25 VM Pack), com Suporte e Subscrição para 36 meses	6		

TOTAL GERAL				
-------------	--	--	--	--

LOTE 02 – Switch de Core, Software de Gerenciamento e Serviços

Item	Descrição	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
1	Switch de Core	4		
2	Software de Gerência do Core	1		
3	GBIC 1 GB BASE-T	80		
4	GBIC 10 GB SFP+ BASE-LR	16		
5	Cabo de Cobre 10Gb SFP+ DAC 7M	20		
6	Cabo de Cobre 40Gb QSFP+ DAC 1M	4		
7	Cabo de Cobre 40Gb QSFP+ DAC 7M	16		
8	Software de Gerenciamento de Performance da Rede	1		
9	Pacote com 40 horas de consultoria	5		
TOTAL GERAL				

LOTE 03 – Unidades de Virtualização com Proteção de Dados Contínua

Item	Descrição	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
1	Unidades de Virtualização com Proteção de Dados Contínua	4		
2	Pacote com 40 horas de consultoria	20		
TOTAL GERAL				

- 5.2.10.** Os documentos que comprovam as características aqui exigidas, deverão ser apresentadas anexadas à proposta da LICITANTE, podendo também ser requerida apresentação posterior no momento de execução;
- 5.2.11.** A LICITANTE deverá fornecer anexada a sua proposta declaração do fabricante explicitando o cumprimento de todos requisitos de garantia dos equipamentos, especificados nas cláusulas de garantia, incluindo a descrição dos produtos propostos;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.A** CONTRATADA deverá prover o livre exercício de atividades de acompanhamento e fiscalização pelos técnicos designados pelo BANPARA;
- 6.2.** O prazo de execução dos serviços de instalação, configuração e treinamento será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento definitivo dos produtos
- 6.3.A** CONTRATADA deverá realizar os serviços requeridos pelo BANPARA e cumprir os prazos de execução previstos;
- 6.4.A** CONTRATADA deverá responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução do serviço, que venham porventura a ser solicitados pelo BANPARA;
- 6.5.A** CONTRATADA deverá fornecer, quando da entrega e instalação dos produtos, manuais e documentações completas, que serão necessárias à plena compreensão dos equipamentos, Programas (Softwares) e periféricos;
- 6.6.A** CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, conforme abaixo definida, que venha a ser, a partir da assinatura do contrato, fornecida pelo BANPARA, devendo ser tratada como informação sigilosa;
- 6.6.1.** Deverá ser considerada informação confidencial, toda e qualquer informação escrita ou oral revelada à CONTRATADA, contendo ela ou não a expressão “CONFIDENCIAL”;
- 6.6.2.** O termo “Informação” abrangerá toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, algoritmos, fórmulas, modelos, fluxogramas, projetos, conceitos, especificações, outras informações técnicas, dentre outros, doravante denominados “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS”, a que diretamente ou através de sua equipe técnica, venha a CONTRATADA ter acesso, conhecimento ou que venham a lhe ser confiadas durante a realização do contrato que será firmado;
- 6.6.3.** Compromete-se, outrossim, a CONTRATADA a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum integrante de sua equipe técnica faça uso dessas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de forma diversa do de executar o contrato;
- 6.6.4.** A CONTRATADA deverá cuidar para que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fiquem restritas ao conhecimento integrante de sua equipe

técnica, devendo científicá-los a existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações;

- 6.6.5.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela confidencialidade, integridade e reserva dos dados do BANPARA a que tiver acesso, sob pena das sanções cabíveis.

7. EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1.A CONTRATADA terá prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) dias, a contar da assinatura do contrato, para entrega dos produtos;

7.2. Os itens que integram o Objeto deverão ser entregues no BANPARA /SULOG situada na Av. Senador Lemos, nº 2671 – CEP: 66120-000 – Belém – PA.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O recebimento do objeto desta contratação dar-se-á, pelo BANPARA;

8.2. Fornecer toda infra-estrutura técnica e operacional necessária à instalação dos equipamentos e realização dos serviços.

8.3. O BANPARA irá prover previamente toda a infra-estrutura necessária ao perfeito funcionamento dos equipamentos. Para tanto, na ocasião da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá entregar ao BANPARA, um documento informando todas as características físicas dos equipamentos a serem oferecidos, onde deverá constar, no mínimo, suas dimensões, peso, consumo elétrico, tipos de conectores e dissipação de calor, de forma a possibilitar ao BANPARA a adequação do ambiente para a futura instalação;

8.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o serviço, objeto do presente contrato;

8.5. Disponibilizar o acesso às dependências para permitir a realização dos serviços;

8.6. Deverá fornecer login e senha para o técnico da CONTRATADA que necessite de acesso aos servidores;

8.7. Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada pela Administração.

9. PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado em uma única parcela, após o recebimento definitivo do produto e atesto da respectiva fatura;

9.2. O atesto da fatura se dará em até 5 dias após a chegada do produto ou após a instalação básica para os produtos que a exijam.

9.3. O pagamento da fatura se dará após 10 dias de seu atesto.

10. GARANTIAS

10.1. A garantia deverá ser prestada diretamente pelo fabricante dos produtos fornecidos;

- 10.2.** A garantia exigida para os produtos (equipamentos e programas (Softwares)) deverá ser de no mínimo 36 meses;
- 10.3.** Durante o período de garantia exigido, a modalidade de atendimento para correção de problemas nos equipamentos deverá ser *on-site* (no local onde os equipamentos foram instalados);
 - 10.3.1.** A modalidade do atendimento dos equipamentos deverá ser 24 X 7(24 horas, todos os dias da semana, inclusive em feriados);
 - 10.3.2.** O fabricante deverá restabelecer o funcionamento normal dos equipamentos, no prazo máximo de 24 horas em 90% dos casos ocorridos;
- 10.4.** A garantia técnica deverá abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive substituição de peças, partes, componentes de acessórios, sem representar qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 10.5.** Os chamados técnicos deverão ser abertos diretamente no fabricante dos produtos e gerenciados pelo mesmo, prioritariamente via Internet ou através de número telefônico 0800 ou equivalente à ligação gratuita, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado;
- 10.6.** A CONTRATADA deverá fornecer declaração do fabricante explicitando o cumprimento de todos requisitos de garantia aqui especificados incluindo a descrição dos equipamentos propostos;
- 10.7.** As exigências de garantia aqui descritas não se aplicam aos itens referentes a treinamentos, ativação de funcionalidades ou partes de equipamentos pré-existentes ou novos, neste caso, a garantia do equipamento principal incorpora a das partes.;

Anexo 01

MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA¹

Ao
BANCO DO ESTADO DO PARA - BANPARA
Ref.: Pregão nº ____/2013.

Declaramos que em atendimento ao previsto no edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, que _____, (profissão), portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, da empresa _____, estabelecida no (a) _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareceu perante a Superintendência de Tecnologia do BANPARÁ com sede em BELEM-PA, e vistoriou os locais onde serão instalados os equipamentos e executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições, características dos graus de dificuldades e complexidades existentes.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável da empresa)

Visto e carimbo:

Servidor do BANPARA

Servidor do BANPARA

¹ A Declaração de Vistoria deve ser emitida em papel timbrado da licitante.

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Prezados Senhores,
Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços de fornecimento dos seguintes equipamentos e serviços, conforme abaixo relacionados:

A	B	C	D	E	F
	Itens	Unid.	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE XXX					
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA PARA O LOTE XXX (soma da coluna F)					R\$

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (**sessenta**) dias consecutivos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que o(s) equipamentos e serviços entregues serão realizados estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes do Termo de Referência Anexo I do edital, bem como, nos seus demais anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, termo de referência e contrato.

Declaramos estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado.

Declaro que os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, tributos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO N. /2014.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel./Fax: _____



Endereço Eletrônico (e-mail):

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: 037 Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

RG nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

IMPORTANTE: Caso não seja informado desde já, nos campos acima citados, a agência e conta aberta no Banco do Estado do Pará, em cumprimento ao art. 2º do Decreto Estadual n.º 877/2008 de 31/03/2008, **O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DECLARAÇÃO:**

“NOS COMPROMETEMOS A REALIZAR A REFERIDA ABERTURA DA CONTA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 05 (CINCO DIAS) CONSECUTIVOS CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.”

OBSERVAÇÕES:

Havendo discordância entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET-CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**ANEXO III-A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE
DE PROPOSTA**

Pregão Eletrônico ____/2014

A empresa _____, CNPJ _____, por meio de seu representante legal, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2014 UASG 925803, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803 foi elaborada de maneira independente pela empresa _____ e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico ____/2014 UASG 925803 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Belém (PA), ____ de _____ de 2014.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA À HABILITAÇÃO**
(Modelo)

[Nome da empresa], CNPJ n.º _____ sediada **[Endereço completo]**, declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº _____, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Local e data.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa.

ANEXO VI**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**
(Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa licitante]**, inscrita no CNPJ sob o N^o. **[da Licitante]**, estabelecida na **[endereço da Licitante]**, forneceu os seguintes produtos:

..... para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o N^o. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, compreendendo.....

Declaramos ainda que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / Telefone

OBSERVAÇÃO: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA/ ENTIDADE OU IDENTIFICÁ-LA LOGO ABAIXO OU ACIMA DO TEXTO, COM NOME, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONES, FAX E E-MAIL.

ANEXO VII

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, PROGRAMAS E QUE FAZEM ENTRE SI O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A. E A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento particular que, entre si fazem, de um lado o **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**, instituição financeira, com sede em Belém do Pará, na Avenida Presidente Vargas, n.º 251, Bairro Centro, CEP. 66.010-000, Belém-PA, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ/MF n.º 04.913.711/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, (qualificação), portador do Registro Geral n.º XXXXXXXXXXXX e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX e por seu(sua) Diretor(a), (qualificação), portador(a) do Registro Geral n.º XXXXXXXXXXXX e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, doravante designados CONTRATANTES e de outro lado, a XXXXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXX, inscritos no CNPJ/MF n.º XXXXXXXXXXXX, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXX, (qualificação), portador (a) do Registro Geral n.º XXXXXXXXXXXX e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, celebram o presente Instrumento de Contrato, com Recursos Próprios do **CONTRATANTE**, consoante o **Processo Nº 0638/2014 – SUTEC/SUINF**, por meio da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sendo todas as disposições contratuais regidas pelas Leis Federais Nº 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, com suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato, aquisição de equipamentos de informática, programas e serviços para ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do Banpará, LOTE XXXXX, conforme condições e exigências definidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Integra este pacto para todos os fins de direito, o Edital e seus anexos, Termo de Referência, bem como, a proposta de preços do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital, para o fiel cumprimento deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:

a) Responsabilizarem-se pela adequada execução do contrato, com o atendimento integral das especificações, obrigações, exigências e condições inclusas no Termo de

Referência, à legislação e todas as normas vigentes relativas ao objeto contratado, bem como às necessidades e orientações do **CONTRATANTE**;

- b) Dar ciência ao **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- c) Apresentar garantia nos moldes estabelecidos neste contrato;
- d) Acatar todas as exigências do **CONTRATANTE**, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, bem como quanto ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 42 à Constituição do Estado do Pará, de 04 de junho de 2008, devendo a empresa **CONTRATADA**, por ocasião da assinatura do Instrumento Contratual, apresentar Declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na referida Emenda;
- f) Responsabilizar-se pelos empregados que colocar a disposição do **CONTRATANTE**, se for o caso, observadas as legislações trabalhistas e a Lei Previdenciária Social;
- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;
- h) Não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos deste Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**;
- i) Acatar as exigências do poder público, às suas expensas, as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, mesmo aquelas que por força dos dispositivos legais sejam atribuídas ao **CONTRATANTE**, de tudo dando conhecimento a este;
- j) Não subcontratar, no todo ou em parte, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**, observado o que dispõe o item 5.1.7 do termo de referência.
- k) Seguir rigorosamente a política de Segurança da Informação, bem como o Termo de Confidencialidade, Zelo e Responsabilidade Sobre os Bens de Informação do Banco do Estado do Pará S.A, anexos do Contrato, que integrará este pacto para todos os fins de direito, sobre os quais se obriga a dar ciência a seus funcionários, que ora, estiverem alocados nas dependências da **CONTRATANTE**;

- l) Caso seja detectado qualquer problema na homologação do objeto do contrato, em qualquer uma das funcionalidades, a CONTRATADA deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- m) Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;
- n) Garantir, por conta da execução deste contrato, através de ações de contingência, a continuidade dos serviços contratados, nos casos de impossibilidade de execução dos serviços pelos empregados da CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade da **CONTRATADA** pela prestação de serviço e entrega dos equipamentos, objeto desta licitação, item XXXXX, não será reduzida ou alterada em decorrência da existência da fiscalização do **CONTRATANTE**. Deverá ser antes entendida como uma parceria responsável e de colaboração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital, para o fiel cumprimento deste contrato, o **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços objeto do presente contrato, por meio de servidor indicado, atestando ao final de cada etapa da prestação dos serviços e efetivar a satisfação do crédito da **CONTRATADA**, nos precisos termos dispostos no Contrato;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) Efetuar o pagamento na forma convencionada;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar o fornecimento das licenças e o suporte dentro das normas propostas no edital de licitação e documentação pertinente a referida licitação;
- f) Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços por meio de servidor indicado e designado como seu representante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades oriundas deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos que causar, diretamente da fatura pertinente ao pagamento que lhe for devido.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.1.O presente contrato tem o valor de R\$ xxxxxxxx, conforme abaixo especificado no LOTE XXX abaixo :

A	B	C	D	E	F
LOTE XXX	Itens	Unid.	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA PARA O LOTE XXX (soma da coluna F)					R\$

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento à **CONTRATADA** será realizado, conforme a demanda do **CONTRATANTE**, após 10 dias da emissão do termo de aceite dos equipamentos, respeitando-se o prazo previsto no parágrafo seguinte e observadas todas as regras estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO: O objeto de cobrança terá que ter sido previamente homologado e/ou conferido, assim, para que o respectivo pagamento se efetive, deverá a Nota Fiscal/Fatura ser apresentada ao **CONTRATANTE** com antecedência mínima de 10 dias do vencimento, ficando este isento de responsabilidade por atrasos na apresentação das faturas por parte da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: No preço apresentado pela licitante já estão incluídos todos os tributos e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o contrato, assim como contribuições previdenciárias, fiscal e parafiscais, PIS/PASEP, FGTS, IRRF, emolumentos, seguro de acidente de trabalho, e outros, ficando excluída qualquer solidariedade do Banco, por eventuais autuações.

PARÁGRAFO SEXTO: Nenhum pagamento será efetivado sem que a área da SUSEM/GESEI, a quem incumbi a emissão do Termo de Aceite, ateste que o objeto

contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado e/ou cumprido pela **CONTRATADA**; bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A realização de qualquer pagamento pelo CONTRATANTE fica condicionada à apresentação dos seguintes documentos: CND- emitida pelo INSS, Certidão de Regularidade da Receita Federal e da PGFN, CND do FGTS expedida pela CEF, prova de regularidade para com as fazendas Estadual e Municipal do domicílio da sede da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO OITAVO: Havendo necessidade de realização de serviços por profissionais residentes ou não residentes em Belém-PA, as despesas com passagens aéreas, deslocamentos, estadias e refeições, serão arcadas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO NONO: A devolução da Nota/Fatura não servirá de pretexto ao descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO DEZ: O **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via crédito em conta corrente a ser aberta pela **CONTRATADA** em uma das agências do Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ, a qual deverá ser indicada na nota fiscal/fatura, conforme dispõe o Decreto do Estado do Pará nº 877/2008.

PARÁGRAFO ONZE: Sem prejuízo do pagamento das multas estipuladas no contrato, o **CONTRATANTE** poderá suspender quaisquer pagamentos devidos à **CONTRATADA**, sem incorrer em ônus adicionais, sempre que sua área da SUSEM/GESEI constatar a ocorrência de atrasos na execução do objeto contratado, retomando-os tão logo tais atrasos seja completamente eliminada, nos termos de parecer da área da SUSEM/GESEI.

PARÁGRAFO DOZE: Todo e qualquer prejuízo ou responsabilidade, inclusive perante o Judiciário e órgãos administrativos, atribuídos ao **CONTRATANTE** oriunda de problemas na execução do contrato por parte da **CONTRATADA**, serão repassadas a esta e deduzidas do pagamento realizado pelo Banco, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TREZE: De acordo com a legislação tributária e fiscal em vigor, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições incidentes no objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei, permanecendo em vigor para a exigência da garantia DOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS (software), que será de no mínimo 36 (trinta e seis) meses, conforme exigência do item 10 do termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA - DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

6.1 Fica, desde já, entendido que os consultores que prestam serviços para a **CONTRATADA** não possuem qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** obriga-se a realizar suas atividades utilizando profissionais regularmente contratados e habilitados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na previdenciária, trabalhista, tributária e cível.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** obriga-se a reembolsar ao **CONTRATANTE** todas as despesas decorrentes de:

- a) Reconhecimento judicial de titularidade de vínculo empregatício de prepostos seus com o **CONTRATANTE**, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;
- b) Reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade do **CONTRATANTE** ou qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico no cumprimento das obrigações previdenciárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **CONTRATANTE** não assumirá responsabilidade alguma pelo pagamento de impostos e encargos que competirem à **CONTRATADA**, nem se obrigará a restituir-lhe valores, principais ou acessórios, que esta, porventura, depender com pagamentos desta natureza.

CLÁUSULA SETIMA - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização da **CONTRATADA**, diretamente, pela SUSEM/GESEI ou por outros prepostos especialmente designados.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

A **CONTRATADA** obriga-se, durante o curso deste Contrato e após o seu término, ao mais completo e absoluto sigilo com relação a toda informação de qualquer natureza referente às atividades do **CONTRATANTE**, das quais venha a ter conhecimento ou às quais venha a ter acesso por força do cumprimento do presente Contrato, não podendo sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, invocar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento da obrigação assumida por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais, nos termos da Lei 4.595, de 31.12.1964, e demais leis correlatas.

CLÁUSULA NONA - DAS NOTIFICAÇÕES

Toda e qualquer notificação será feita por expediente registrado com comprovante de recebimento das áreas abaixo discriminadas, passando automaticamente a integrar este instrumento para todos os efeitos, valendo-se integralmente como documento aplicável, desde que os documentos sejam assinados pelos titulares das áreas abaixo indicadas, desde já reconhecidas como áreas interlocutoras oficiais para a operacionalização do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A notificação enviada de acordo com o especificado acima será considerada como recebida na data indicada no comprovante de recebimento, ajustando-se como endereços para troca de correspondência e notificação os seguintes:

a) do CONTRATANTE:

SUINF ...

END.

Att.

Telefone: (91)

Fax: (91)

E-MAIL:

b) da CONTRATADA:

CLÁUSULA DEZ - DAS PENALIDADES

No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da administração e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo da apuração das perdas e danos:

a) Advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o BANPARÁ, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção de advertência poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do **CONTRATANTE**, a critério do **CONTRATANTE**, desde que não caiba aplicação de sanção mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados, nos seguintes percentuais:

a) 0,5% (zero vírgula vinte por cento) ao dia sobre o valor da contratação, no caso de atraso, limitado a quinze dias.

a.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 15 (quinze) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível também com as sanções previstas na letra “b” ou no parágrafo quarto desta cláusula, cumulado com o disposto no parágrafo terceiro da mesma cláusula.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso do adjudicatário/contratado deixar de realizar qualquer uma das obrigações abaixo relacionadas, configurando-se, tais casos, como inexecução total da obrigação assumida:

b.1) Assinar o contrato relativo ao objeto que lhe foi adjudicado, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei e reconhecido pela autoridade competente, ou entregar a declaração de que emprega pessoas com deficiência, na forma prevista na Emenda Constitucional nº 42, de 04 de junho de 2008, à Constituição do Estado do Pará

b.2) Cumprir fielmente as exigências estabelecidas no termo de referência, anexo I do edital, bem como as cláusulas contratuais,

b.3) Abrir a conta corrente exigida na forma do item 15.4 do Edital.

b.4) Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

b.5) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

b.6) Manter no curso do contrato, as condições de habilitação, o que será aferido periodicamente pelo **CONTRATANTE**, nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada nos seguintes percentuais e situações:

a) 10% (dez por cento) pela inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor global do contrato;

b) 15% (quinze por cento) pela inexecução total do contrato, calculada sobre o valor global do contrato;

c) 0,5% (meio por cento) ao dia por atraso, calculada sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso rescisão por falta imputada à **CONTRATADA**, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: O **CONTRATANTE** poderá aplicar, cumulativamente, à **CONTRATADA** multa moratória e multa por inexecução deste ajuste.

PARÁGRAFO SEXTO: As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A aplicação das multas aludidas nesta cláusula não obsta que o **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções.

PARÁGRAFO OITAVO: A critério do **CONTRATANTE**, as multas poderão ser deduzidas dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, independentemente de comunicação ou interpelação judicial, sem prejuízo da cobrança judicial no caso de insuficiência dos referidos valores.

PARÁGRAFO NONO: No caso de aplicação de multa moratória, considerar-se-á, como intimação do ato, o recebimento, pela empresa, da comunicação respectiva, por correspondência.

PARÁGRAFO DEZ: A suspensão do direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** se, por culpa ou dolo prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

a) por seis meses:

- i) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o **CONTRATANTE**;
- ii) execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa, na forma do que dispõem os parágrafos primeiro e segundo da presente cláusula deste contrato.

b) por dois anos:

- i) não conclusão dos serviços contratados;
- ii) prestação do serviço em desacordo com o termo de referência, constante do Anexo I do edital, não efetuando sua correção após solicitação do **CONTRATANTE**;
- iii) cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE**, ensejando a rescisão do contrato por sua culpa;
- iv) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- v) apresentação, ao **CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação, bem como quando fizer qualquer tipo de declaração falsa;
- vi) demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

vii) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato;

viii) reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO ONZE: A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Secretário de Estado da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

PARÁGRAFO DOZE: A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

PARÁGRAFO TREZE: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do parágrafo oitavo, corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUATORZE: As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais;

PARÁGRAFO QUINZE: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA ONZE – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

11.1 De comum acordo entre as partes, independente de qualquer motivo, mediante simples aviso prévio de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação;

- 11.2 Por inadimplemento da **CONTRATADA** de quaisquer obrigações assumidas neste contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, inclusive as elencadas na CLÁUSULA DEZ
- 11.3 Liquidação amigável ou judicial ou falência da **CONTRATADA**;
- 11.4 Transferência total ou parcial de obrigações assumidas neste contrato, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**, por escrito;
- 11.5 Quando a alteração do contrato social da **CONTRATADA** prejudicar a execução do contrato, a critério do **CONTRATANTE**;
- 11.6 Suspensão temporária ou declaração de inidoneidade da empresa em licitar ou contratar com a Administração Pública.;
- 11.7 A **CONTRATADA** tenha sua idoneidade técnica ou financeira abaladas ou o seu controle acionário modificado de forma a prejudicar a fiel execução de suas obrigações contratuais;
- 11.8 Nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93, conforme o caso;
- 11.9 Nos demais casos previstos na legislação aplicável.

CLÁUSULA DOZE – DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados anualmente, a contar da data de assinatura deste contrato, no prazo da lei, segundo a variação acumulada do INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro, na falta deste, que estiver estabelecido na legislação à época de cada reajuste.

CLÁUSULA TREZE – DA GARANTIA

Em garantia ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente contrato, a **CONTRATADA** optará por uma das modalidades de garantia previstas nos incisos de I a III, do parágrafo primeiro, do art. 56, da Lei Nº. 8.666/1993:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- b) Fiança bancária.
- c) Seguro-garantia

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O comprovante da efetivação da garantia escolhida pela **CONTRATADA**, deverá ser apresentado ao **CONTRATANTE**, até a assinatura do Contrato, **observados os prazos do termo de referência**, para verificação análise e demais providências, sob a pena de perder a **CONTRATADA**, o direito de contratar com o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor da garantia será prestado conforme abaixo:

a) Em se tratando de caução: 5% do valor do contrato que será creditado em conta de poupança vinculada ao contrato nº. /2014, aberta na Agência Empresarial, **em favor do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.** à ordem da área gestora de contratos e pagamentos, podendo ser aplicada a títulos rentáveis, a crédito do **CONTRATANTE**, sendo que os acréscimos ao principal serão incorporados à caução;

b) Em se tratando de fiança bancária: 5% do valor do contrato, em qualquer Instituição Financeira Oficial a critério da **CONTRATADA**;

c) Em se tratando de seguro garantia: em qualquer seguradora, a critério da **CONTRATADA**, no valor correspondente a 5% do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor da garantia de que trata esta cláusula ficará bloqueado durante o prazo de vigência do Contrato, somente podendo ser movimentado pelo **CONTRATANTE** para cobertura de danos decorrentes do presente ajuste, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, especialmente pela inexecução de que trata a cláusula dez, sem prejuízo das demais sanções legais ou contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese do valor caucionado permanecer intacto até o final do contrato, o **CONTRATANTE** restitui-lo-á acrescido dos rendimentos que forem creditados através da conta de poupança, 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso haja reajuste do valor do contrato ou retirada pela ocorrência de fatos que ensejem a utilização de parte ou totalidade do valor da garantia pelo **CONTRATANTE**, para cobertura dos danos causados, fica a **CONTRATADA** obrigada a complementar o valor da garantia de modo a corresponder sempre a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLAÚSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A declaração de invalidade, nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade de qualquer cláusula, termo ou disposição deste Contrato, não afetará, ou atingirá a validade, legalidade, ou exequibilidade das demais disposições, termos e cláusulas contidas neste Contrato ou no Contrato como um todo.

CLÁUSULA QUINZE - FORO

16.1 O foro da Comarca da Belém-PA será o competente para julgar qualquer questão relacionada ao presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belém (PA), de de 2014.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S. A.

.....

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Anexos ao Contrato

Anexo I- Edital e Termo de Referência.

Anexo II- Proposta de preços (Lote xxxx)

Anexo III – Política de Segurança da Informação

Anexo IV - Termo de Confidencialidade, Zelo e Responsabilidade sobre os bens de Informação do Banco do Estado do Pará S.A.

1 INTRODUÇÃO

A Política de Segurança da Informação do **Banpará** é uma declaração formal da instituição acerca de seu compromisso com a proteção das informações de sua propriedade e/ou sob sua guarda, devendo ser cumprida por todos os seus colaboradores.

2 OBJETIVO

Estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelo Banco no que diz respeito à adoção de procedimentos e mecanismos relacionados à segurança da informação.

3 TERMOS E DEFINIÇÕES

Informação: Agrupamento de dados que contenham algum significado.

Segurança da Informação: Conjunto de controles, incluindo política, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, que objetiva a proteção das informações dos clientes e da empresa, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Integridade: Somente alterações, supressões e adições autorizadas pela instituição devem ser realizadas nas informações.

Confidencialidade: Somente pessoas devidamente autorizadas pela instituição devem ter acesso à informação.

Disponibilidade: A informação deve estar disponível para as pessoas autorizadas sempre que necessário ou demandado.

Controle: Forma de gerenciar o risco, incluindo políticas, procedimentos, diretrizes, práticas ou estruturas organizacionais, que podem ser de natureza administrativa, técnica, de gestão ou legal. [ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005]

Perímetro de Segurança: Barreiras de segurança múltiplas e controles de acesso físico e implantados para proteger áreas sensíveis contra acesso não autorizado, danos, interferências, incluindo (mas não se limitando) a paredes, portas externas, fechaduras, controles de entrada por cartão, biometria, alarmes e firewalls.

Colaboradores: Diretores, Superintendentes, Chefes de Núcleo, Gerentes, funcionários, estagiários e prestadores de serviços.

Terceiros: Funcionários de empresa prestadora de serviços.

4 DIRETRIZES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As diretrizes abaixo elencadas constituem os pilares da Gestão de Segurança da Informação do Banco, norteando a elaboração de Normas e de Procedimentos de Segurança, que devem contemplar, no mínimo, o descrito neste documento.

4.1 COMPORTAMENTO SEGURO

Independentemente do meio ou da forma em que se apresente, a informação faz parte do trabalho de todos os colaboradores. Portanto, é fundamental para a proteção e salvaguarda das informações, que sejam adotados comportamentos seguros e consistentes com o objetivo de proteger o Banco.

Todos os colaboradores devem assumir atitude proativa e de engajamento no que diz respeito à proteção das informações do Banco, procurando compreender ameaças externas que possam afetar a segurança da informação. Todo tipo de acesso à informação do Banco que não for explicitamente autorizado é proibido.

Qualquer tipo de dúvida sobre a Política de Segurança da Informação e suas Normas deve ser imediatamente esclarecido com a Superintendência de Segurança Empresarial – SUSEM.

4.2 CONTROLE DE ACESSO

Os locais de processamento de informações críticas ou dados sensíveis serão áreas seguras, com perímetro de segurança, ficando protegidas fisicamente contra acessos não autorizados, danos e interferências. Os acessos a essas áreas somente serão liberados mediante autorização expressa.

Todo acesso às informações e aos ambientes lógicos do Banpará deve ser controlado, de forma a garantir que apenas pessoas autorizadas pelo proprietário da informação possam acessá-las.

4.3 ATIVOS: HARDWARE E SOFTWARE

O Banpará disponibiliza para seus usuários equipamentos (computadores, impressoras, dentre outros, também conhecidos como “hardwares”) exclusivamente para o desempenho de suas atividades profissionais.

O Banco deve manter um inventário atualizado que identifique e documente a existência e as principais características de todos os seus ativos de informação (base de dados, arquivos, diretórios de rede, trilhas de auditoria, códigos fonte de sistemas, documentação de sistemas, manuais, planos de continuidade, etc). As informações inventariadas devem ser classificadas de acordo com o grau de confidencialidade e criticidade para o negócio do Banpará, e com base na Norma de classificação de informações estabelecida pelo Banco.

Cada usuário é responsável pelos arquivos que recebe e envia através da infraestrutura tecnológica do Banpará.

4.4 E-MAIL E INTERNET

O e-mail é uma ferramenta institucional que deve ser utilizada apenas para comunicações eletrônicas relacionadas às atividades laborais, não sendo permitido seu uso para fins pessoais ou que não sejam de interesse do Banpará.

O uso da Internet deve ser exclusivamente para fins profissionais, visando com isso assegurar o bom uso dos recursos do Banpará e evitando desperdício causado pelo fluxo de informações não relacionadas às tarefas laborais.

4.5 CERTIFICAÇÃO DIGITAL

O Banpará fornecerá, a seu exclusivo critério, certificado digital ao usuário de acordo com a necessidade da atividade profissional desenvolvida. O certificado digital é pessoal e intransferível.

4.6 REGISTRO E MONITORAMENTO

Todos os sistemas, as informações, os serviços e equipamentos disponibilizados pelo Banpará para os usuários desenvolverem suas atividades profissionais são de propriedade da Instituição e possuem caráter de ferramenta de trabalho, sendo expressamente proibida a utilização para fins particulares.

Assim, toda a infraestrutura tecnológica do Banco, bem como todos os dados trafegados e armazenados nesta infraestrutura, incluindo conta de e-mail corporativa e navegação em sites da Internet, estão sujeitos ao monitoramento, não constituindo qualquer violação à intimidade, vida privada, honra ou imagem da pessoa monitorada, visando resguardar a segurança das informações a atender a requisitos legais e normativos do Banpará.

Todos os colaboradores do Banpará devem ter conhecimento de que o uso das informações e dos sistemas de informação do Banco pode ser monitorado, e que os registros assim obtidos poderão ser utilizados para detecção de violações da Política e das Normas de Segurança da Informação.

O usuário fica ciente da inexistência de expectativa da privacidade na utilização da infraestrutura tecnológica do Banpará e, para reforçar tal inexistência, será exibido um aviso antes de permitir o acesso do usuário aos recursos computacionais e sistemas de informação.

O Banpará fará uso de câmeras de segurança instalada em suas dependências com objetivo de garantir a segurança física do usuário e segurança patrimonial do Banpará, ficando resguardada a dignidade humana do usuário, sendo vedada a instalação de câmeras de segurança nos banheiros e lavabos.

Todas as atividades desenvolvidas com a utilização da infraestrutura do Banpará serão registradas, para os devidos fins, por um período de 03 (três) anos ou conforme requerido pela legislação vigente e aplicável. Essas atividades incluem, mas não se limitam a, acesso à rede, armazenamento de arquivos, informações, registros de envio e de recebimento de mensagens eletrônicas, acesso e navegação à Internet e impressão.

5 GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

5.1 ESTRUTURA NORMATIVA

A estrutura normativa da Segurança da Informação do Banpará é composta por um conjunto de documentos classificados em 03 (três) níveis hierárquicos distintos:

- a) Política de Segurança da Informação:** constituída neste documento, está relacionada ao nível estratégico, define a estrutura, as diretrizes e as obrigações referentes à segurança da informação, descreve o que deve ser feito.

- b) **Normas de Segurança da Informação:** estão relacionadas ao nível tático, estabelecem obrigações e procedimentos definidos de acordo com as diretrizes da Política, a serem seguidos em diversas situações em que a informação é tratada, são as regras a serem adotadas.
- c) **Procedimentos de Segurança da Informação:** estão relacionados ao nível operacional, instrumentalizam o disposto nas Normas e na Política, descrevendo os procedimentos a realizar, permitindo a aplicação direta nas atividades do Banpará, definindo com serão implementadas as regras.



FIGURA 1 - Estrutura Normativa de Segurança da Informação.

5.2 PAPEIS E RESPONSABILIDADES

5.2.1 Cabe a TODOS OS COLABORADORES do Banpará:

- a) Cumprir fielmente a Política de Segurança da Informação do Banpará;
- b) Assinar Termo de Responsabilidade, formalizando a ciência e o aceite da Política de Segurança da Informação, bem como assumindo responsabilidade por seu cumprimento;
- c) Proteger as informações contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizados pelo Banpará;
- d) Assegurar que os recursos tecnológicos à sua disposição sejam utilizados apenas para as finalidades aprovadas pelo Banpará;
- e) Cumprir as leis e as normas que regulamentam os aspectos de propriedade intelectual;
- f) Buscar orientação e esclarecimento da Superintendência de Segurança Empresarial em caso de dúvidas relacionadas à segurança da informação;
- g) Comunicar imediatamente à Superintendência de Segurança Empresarial qualquer descumprimento ou violação desta Política.

5.2.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Aprovar a Política de Segurança da Informação e suas revisões anuais;

5.2.3 DIRETORIA COLEGIADA

- a) Aprovar a Política de Segurança da Informação e suas revisões anuais;
- b) Aprovar a nomeação dos proprietários da informação;
- c) Tomar as decisões administrativas referentes aos casos de descumprimento da Política, encaminhados pelo Comitê de Segurança Física e Lógica.

5.2.4 COMITÊ DE SEGURANÇA FÍSICA E LÓGICA

- a) Apreciar as revisões e/ou propostas de alteração da Política de Segurança e Política de Continuidade de Negócios do Banpará
- b) Manter atualizada a Política de Segurança da informação e Política de continuidade de Negócios (conforme regimento aprovado pelo Comitê).

5.2.5 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA EMPRESARIAL

- a) Prover ampla divulgação da Política de Segurança da Informação para todos os colaboradores do BANPARÁ;
- b) Oferecer orientação e treinamento sobre a Política de Segurança da Informação e suas Normas a todos os colaboradores do BANPARÁ;
- c) Acompanhar a aplicação da política, estabelecer mecanismo de registro e controle de não conformidade a esta Política, comunicando ao Comitê de Segurança Física e Lógica.
- d) Propor projetos e iniciativas relacionados ao aperfeiçoamento da política de segurança da informação do BANPARÁ, mantendo-a atualizada em relação às melhores práticas existentes no mercado e em relação às tecnologias disponíveis;

5.2.6 PROPRIETÁRIO DA INFORMAÇÃO

- a) O proprietário da informação é o responsável pela concessão, manutenção, revisão e cancelamento de autorizações de acesso a determinado conjunto de informações pertencentes ao Banco ou sob a sua guarda.

5.2.7 NÚCLEO JURÍDICO

- a) Avaliar, quando solicitada, as Normas e os Procedimentos de Segurança da Informação elaborados pelas diversas áreas do Banco.

5.2.8 DIRETORIAS, NÚCLEOS, SUPERINTENDÊNCIAS e GERÊNCIAS

- a) Cumprir e fazer cumprir esta Política, as Normas e os Procedimentos de Segurança da Informação;
- b) Assegurar que suas unidades possuam acesso e conhecimento desta Política, das Normas e dos Procedimentos de Segurança da Informação;
- c) Redigir os Procedimentos de Segurança da Informação relacionados às suas áreas, mantendo-os atualizados;
- a) Comunicar imediatamente eventuais casos de violação de segurança da informação à Superintendência de Segurança Empresarial.

5.2.9 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E PROCESSOS

- b) Colher a assinatura do Termo de Responsabilidade dos diretores, funcionários e estagiários, formalizando a ciência e o aceite da Política de Segurança da Informação, bem como assumindo responsabilidade por seu cumprimento e arquivando-o nos respectivos dossiês funcionais.

6 AVALIAÇÃO CONTÍNUA DOS RISCOS

A área de Segurança da Informação deve realizar, de forma sistemática, a avaliação dos riscos relacionados à segurança da informação do Banco. A análise dos riscos deve atuar como ferramenta de orientação ao Comitê de Segurança Física e Lógica, principalmente, no que diz respeito à:

- 6.1 Identificação dos principais riscos aos quais as informações do Banco estão expostas;
- 6.2 Priorização das ações voltadas à mitigação dos riscos apontados, tais como implantação de novos controles, criação de novas regras e procedimentos, reformulação de sistemas, etc.
- 6.3 O escopo da análise/avaliação de riscos de segurança da informação pode ser de toda a organização, de partes da organização, de um sistema de informação específico, de componentes de um sistema específico, etc.

7 VIOLAÇÕES E SANÇÕES

Nos casos em que houver violação desta Política ou das Normas de Segurança da Informação, sanções administrativas poderão ser adotadas, sem prejuízo de ação civil e penal, se aplicáveis.

ANEXO II DO CONTRATO - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, ZELO E RESPONSABILIDADE SOBRE OS BENS DE INFORMAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, ZELO E RESPONSABILIDADE SOBRE OS BENS DE INFORMAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A

CONTRATADO:

Pelo presente termo de confidencialidade, zelo e responsabilidade, considerando que os bens de informação a mim disponibilizados por força de contrato celebrado com o BANPARÁ são de propriedade deste e devem ser utilizados com o único e exclusivo objetivo de permitir a adequada prestação dos serviços contratados e, ciente dos cuidados necessários à preservação e proteção de todos os bens de informação da instituição, inclusive em relação ao dever de sigilo, comprometo-me a:

I – Seguir as diretrizes da política de segurança e proteção dos bens de informação do BANPARÁ, sob pena de responsabilização penal ou civil cabíveis;

II – Utilizar os bens de informação disponibilizados por força de contrato celebrado com o BANPARÁ exclusivamente para fins da adequada prestação dos serviços contratados, estritamente em observância aos interesses do BANPARÁ;

III – Respeitar a propriedade do BANPARÁ ou de terceiros, sobre os bens de informação disponibilizados, zelando pela integridade dos mesmos, não os corrompendo ou os divulgando a pessoas não autorizadas;

IV – Manter, a qualquer tempo e sob as penas de lei, total e absoluto sigilo sobre os bens de informação do BANPARÁ, utilizando-os exclusivamente para os fins de interesse deste, estritamente no desempenho das atividades inerentes a prestação dos serviços contratados, não os revelando ou divulgando a terceiros, em hipótese alguma, sem o prévio e expresso consentimento do BANPARÁ;

V – Instalar e utilizar nos ambientes computacionais disponibilizados pelo BANPARÁ somente softwares desenvolvidos ou adquiridos pelo BANPARÁ;

VI – Permitir ao BANPARÁ a fiscalização, a qualquer tempo, de todos os dados manejados através dos meios fornecidos pelo BANPARÁ em razão da prestação de serviços contratados, pelo que autorizo o BANPARÁ a monitorar todos os dados manejados nos meios de propriedade do contratante, não configurando o referido monitoramento qualquer quebra de sigilo ou invasão de privacidade;

VII – Não utilizar o ambiente de internet disponibilizado pelo BANPARÁ para uso pessoal, ilícito, ilegal, imoral ou para quaisquer outros fins senão os de estrita prestação dos serviços contratados.

02



Declaro, ainda, para os devidos fins de direito, que me responsabilizo e obrigo a fazer com que quaisquer de meus agentes, empregados, consultores e demais colaboradores que vierem a ter acesso a quaisquer dados e informações confidenciais cumpram as obrigações constantes deste Termo.

Belém, de de 2014.

Assinatura do contratado